



Embrapa Gado de Leite

EDITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA PREGÃO ELETRÔNICO - EMBRAPA Nº 90006/2025			
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Limpeza e Conservação nas dependências da Embrapa Gado de Leite - SEDE - Juiz de Fora - MG e no Campo Experimental José Henrique Bruschi (CEJHB), localizada em Coronel Pacheco-MG.			
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global anual para Grupo 01		MODO DE DISPUTA: () Aberto (X) Aberto e fechado	
DATA DE ABERTURA: XX/06/2025 às 10:00h, sítio www.gov.br/compras			
VALOR TOTAL ESTIMADO: Sigiloso fundamentado no art.34 da Lei 13.303/2016 e art. 17 § 4º do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (RLCC) nº 037.011.003.001.			
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS As despesas para atender a esta licitação, no presente exercício, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Embrapa para o exercício de 2026, na classificação abaixo: Gestão/Unidade: 13203/135015 Fonte: 0100.000.000 Elemento de Despesa:33903702.			
Vistoria	Instrumento de Contratação	Forma de Adjudicação	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
Sim () Não (X)	Minuta Contratual (Anexo V)	Por item () Menor Preço Global anual G1 (X)	Requisitos Específicos: item 8 do Edital Demais: Veja <i>Termo de Referência e anexos</i>
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Prazo para envio da proposta/documentação
Sim () Não (X)	Sim () Não (X)	Sim () Não (X)	Até 2 (duas) horas após a convocação realizada pelo Pregoeiro.
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS ou IMPUGNAÇÕES AO EDITAL			
Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço cnpgl.compras@embrapa.br .			
DAS PROPOSTAS PRAZO DE VALIDADE: 90 (noventa) dias a contar da sua apresentação			

- Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a **Embrapa** somente contratará se houver disponibilidade financeira para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Caso, por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário anual realizado, após a homologação e adjudicação do objeto não for possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguintes procedimentos, quando da disponibilidade financeira:
 - Consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições licitadas, para efetiva contratação;
 - Caso o adjudicatário não manifeste interesse na manutenção de sua proposta, a **Embrapa** convocará os demais licitantes, na forma do inciso I do §2º do artigo 75 da Lei 13.303/2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumam as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação;
- Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a **Embrapa** poderá reduzir o escopo das contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade do certame.
- Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância.
- Em todos os casos, caso entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação, decorra tempo superior a 12 (doze) meses, os valores da proposta poderão ser reajustados pelo IPCA, caso outro índice não tenha sido indicado no Edital e seus anexos.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: Embrapa Gado de Leite, sediada à Rua Eugênio do Nascimento, nº 610, Dom Bosco, Juiz de Fora-MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento (**menor preço global/grupo**), nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 14.133/2021 (em relação aos procedimentos da modalidade Pregão, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, hoje, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Norma 037.011.003.001, aprovada pela Resolução do Conselho de Administração da Embrapa - RC nº 277, de 21/3/2024 e Publicado no D.O.U, em 22/04/2024, e no Boletim de Comunicações Administrativas - BCA Nº 16/2024, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- O presente Pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio www.gov.br/compras.
- Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do então Secretário de Gestão do Ministério da Economia.
- O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de LIMPEZA E CONSERVAÇÃO** nas dependências da **Embrapa SEDE - JUIZ DE FORA - MG e no CAMPO EXPERIMENTAL JOSÉ HENRIQUE BRUSCHI (CEJHB)**, que compreenderá, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no *Termo de Referência* (e seus anexos). As categorias a serem empregadas no serviço são registradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme código **5143-20**, constante da Classificação Brasileira de Ocupações — CBO.

SEDE

TIPO DE ÁREA	ÁREA FÍSICA(M²)	ÁREA CORRIGIDA (M²)	PRODUTIVIDADE MÉDIA (M²)
Áreas Internas	17.475	3.137	840
Áreas Externas	19.376	785	1545

CEJHB

TIPO DE ÁREA	ÁREA FÍSICA(M²)	ÁREA CORRIGIDA (M²)	PRODUTIVIDADE MÉDIA (M²)
Áreas Internas	4.189	1.808	809
Áreas Externas	600	120	2250

- Os serviços serão prestados nas dependências da Embrapa Gado de Leite SEDE - JUIZ DE FORA - MG e no Campo Experimental José Henrique

Bruschi (CEJHB) CORONEL PACHECO - MG, em conformidade aos itens 4.6 e 4.7, do Termo de Referência (anexo deste edital), obedecendo CCT/ACT.

2.3. Descrições detalhadas, características do serviço, custos estimados e todas as demais condições necessárias ao conhecimento do serviço e a elaboração e apresentação das propostas, encontram-se no documento denominado *Termo de Referência* e são complementadas pelas informações constantes deste Edital e todos seus anexos.

2.4. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no *Termo de Referência*.

2.5. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras do governo federal (sítio www.gov.br/compras) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Não poderão participar desta licitação:

3.2.1. As pessoas, físicas ou jurídicas, que esteja sofrendo:

- a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela **Embrapa**, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, com fundamento na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;
- c) penalidade de declaração de inidoneidade com fundamento no inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;
- d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992;

3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;

3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

3.8. Não poderão participar licitantes constituídas como Cooperativa, tendo em vista as disposições contidas no art. 10 da IN nº 05/2017/SEGES/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União Federal (Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0) e a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União -TCU.

3.9. Também não poderão participar entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que não apresentem condições de habilitação semelhantes às exigidas para licitantes nacionais, segundo as formalidades da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018.

3.10. A participação de empresas reunidas em consórcio:

- a) Será admitida (X), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.
- b) Não será admitida (☐), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.1. Em caso de possibilidade de participação de consórcio deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução de contrato;

3.10.2. Antes da celebração do contrato, o licitante vencedor deve promover a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

3.10.2.1. Encerrado o certame, a Embrapa estabelecerá prazo, por meio de notificação, para que o Licitante vencedor comprove a constituição e o registro do consórcio, admitida a possibilidade de prorrogação mediante apresentação de justificativa.

3.10.2.2. O empenho e a formalização de contrato ocorrerão em conformidade com o que dispõe o Termo de Compromisso, podendo ocorrer em nome da empresa Líder ou em nome de cada consorciada com a indicação do nome do consórcio a que elas pertencem.

3.10.2.3. Caso o termo de compromisso defina de forma individualizada a participação de cada consorciada, o empenho deverá ser proporcional ao percentual ali indicado.

3.10.3. Esta Licitação:

- a) não admite a participação de empresa consorciadas (☐).
- b) não estabelece limite máximo de empresas consorciadas (X), conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.
- c) estabelece o limite máximo de até () empresas consorciadas, conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.4. Em caso de substituição do consorciado, esta deverá ser expressamente autorizada pela **Embrapa** e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório.

3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.12. Este Pregão é de âmbito nacional.

3.13. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.13.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.13.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências Editalícias;

3.13.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.13.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.13.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.13.8. que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preço, conforme o critério de julgamento (menor preço) adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, ART. 18).

4.1.1. Os custos da execução contratual serão detalhados mediante preenchimento pelas licitantes de planilha de custos e formação de preços anexa a este edital (Anexo III).

4.1.2. As licitantes, no preenchimento da planilha de custos e formação de preços, deverão observar o regime de tributação a que estão sujeitos e a incidência das alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre o faturamento, nos termos da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

4.1.3. As licitantes submetidas ao regime de Lucro Real, ou seja, quando tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS nos termos da Lei nº 10.637, de 2002, e da Lei nº 10.833, de 2003, deverão cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições em relação aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, nos termos das Orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do então Ministério da Economia, sobre PIS e COFINS em contratações de prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra, publicada em 10 de agosto de 2020 no Portal de Compras do Governo Federal e também disponível no site <<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/19-orientacoes-sobre-pis-e-cofins-em-contratacoes-de-prestacao-de-servicos-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>>.

4.1.4. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, podem ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para PIS e COFINS, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.

4.1.5. A comprovação das alíquotas médias efetivas deve ser feita, também, no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS.

4.1.6. Os documentos de habilitação serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante vencedor.

4.1.7. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço a ser ofertado.

4.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital de licitação.

4.4.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênio da **Embrapa**.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, na hipótese de inversão de fase, anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de que trata o Capítulo VII da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

4.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas que trata o § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, prorrogável por igual período.

4.8.1. A prorrogação de que trata este item, poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

b) de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor (mensal, unitário, anual, total etc, conforme o caso) do item.

b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do *Termo de Referência*: indicando, no que for aplicável, o modelo, marca, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

c) Anexar a Planilha de Custo e Formação de Preços, conforme modelo AnexoIII.

5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas será de **90 (noventa) dias**, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema de compras do governo federal (sítio www.gov.br/compras), se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no *Termo de Referência*.

5.7. A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, ou seja, **prestação de serviços de limpeza e conservação**, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

5.8. Afim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foi utilizada a seguinte convenção coletiva de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

Convenção Coletiva de Trabalho - Referência Orçamentária do presente Edital
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026 - NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO: MG000245/2026
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026 - NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO: MG000214/2026

6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que identifiquem o licitante, que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no *Termo de Referência*.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente Edital.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.11. Observado o disposto no item 6.10, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

6.12. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.12.1 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata este item, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:

6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,1%.

6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, seguindo o o critério de julgamento por menor preço.

6.23. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.23.1. Após o reinício previsto neste item, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.23.2. Encerrada a etapa de que trata o item 6.23.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:

6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.27. No procedimento de que trata o item 6.26., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.28. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no item 6.27.

6.29. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem constante do item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "fechado e aberto"

6.30. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.31. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.30, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.32. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.33. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.34. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, conforme disposto no item 6.22.

6.35. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.36. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

6.37. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo o disposto no item 6.22.

Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte

6.38. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;

b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.

c) caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na alínea anterior.

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.39. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.38., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.40. O procedimento previsto no subitem 6.38. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.38.

6.41. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.38. e 6.39., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.42. O disposto no subitem 6.38. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Critério de Desempate

6.43. Após a etapa de envio de lances ou caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, caso aconteça empate, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei nº 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.44. Na hipótese de necessidade de sorteio, as licitantes serão comunicadas e convocadas para o ato público em data, hora e local informados pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, sendo que a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Da Negociação da Proposta

6.45. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

6.45.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.45.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado ou inferior ao desconto definido para a contratação.

6.46. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

6.47. Se, depois de adotada a providência referida no item 6.45.2, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação (§3º do art. 57 da Lei nº 13.303/2016).

6.48. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.49. Observado o prazo de que trata o item 4.8 do Edital, o Pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

Envio da Proposta Final

6.54. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do

Pregoeiro, encaminhará no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, na forma do § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema eletrônico, a PROPOSTA FINAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.55. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema de compras do governo federal poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada **ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020**, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.56. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora. (art. 31 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.57. Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora (art. 32 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022).

6.58. É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens a seguir, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.2.1. conter vícios insanáveis;
- 7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no *Termo de Referência*;
- 7.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. O Pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.5. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.6. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 56, §3º da Lei nº 13.303/2016).

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (Art. 34 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do Pregoeiro que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. O Pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados, tais como:

- a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- b) Solicitar informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;
- c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;
- h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Realizar ou consultar estudos setoriais;
- j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (art. 43 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no Art. 154 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, exame de conformidade ou prova

de conceito, entre outros testes de interesse da **Embrapa**, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no *Termo de Referência*.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras ou outros testes, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no *Termos de Referência*.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada. O mesmo se aplica em caso de reprovação no exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s) ou se houver reprovação do exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a ocorrência de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no *Termo de Referência*, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.29. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. HABILITAÇÃO

Consulta a Cadastros

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

Disposições Gerais sobre a Habilitação

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5.4. A verificação pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo Pregoeiro até a conclusão da fase da habilitação.(art. 39, §1º Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

8.5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, será observado o disposto nos subitens 3.10, 8.26 e 8.27.6 deste Edital.

8.9. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de envio de lances e de julgamento.

8.9.1. Na hipótese de inversão de fase referida neste item, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.9.2. Após o encerramento da fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. (art. 39, §3º da IN 73/2022)

8.11. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, nas mesmas situações elencadas no item 4.8.1 deste Edital. (art. 39, § 5º, IN 73/2022)

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no item 11 deste Edital.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item 8.13 deste Edital.

8.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante da matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Habilitação Jurídica

8.19. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

8.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.19.2. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.19.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.19.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.19.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.19.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização (Instrução Normativa SEGES Nº 03/2018);

8.19.7. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme e exigências descritas no *Termo de Referência*.

8.19.11. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;

8.20. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

Habilitação Técnica

8.21. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:

a) no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível em quantidade e prazo com o seguinte requisito: prestação de serviço de limpeza e conservação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, objeto do Termo de Referência. Conforme modelo Anexo IX do Edital.

b) comprovação de que o licitante já executou os serviços objeto desta licitação com um número igual ou superior a 3 (três) postos de trabalho.

c) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no *Termo de Referência*, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.22. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.

8.23. Para a comprovação do disposto acima (8.21, "a"), será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, sendo admitidos atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.

8.24. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.25. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

8.26. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

8.27. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à **Embrapa** manter contato com a sociedade atestante.

8.28. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

8.29. Declaração do licitante de que possui ou instalará escritório num raio de 300km de Juiz de Fora-MG e cidade de Coronel Pacheco - MG, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

Qualificação Econômica-Financeira

8.30. Para demonstração da Qualificação Econômica-Financeira, será exigida a seguinte documentação:

8.30.1. **certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;**

8.30.2. **balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;**

8.30.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.30.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.29.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.30.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.30.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

8.30.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômico-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5%, podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

8.30.6. Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) será acrescido em 10% sobre o valor exigido para efeito de habilitação(X);

b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.()

8.30.6.1. Para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.30.6.2. O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.30.7. **Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital,** de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:

8.30.8. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.30.9. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.31. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste Edital.

8.32. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015.

8.33. Para aplicação do disposto no item 8.32, o prazo para regularização fiscal será contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

8.34. A prorrogação do prazo constante do item 8.32 poderá ser concedida, a critério da **Embrapa**, após requerimento justificado da licitante.

8.35. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.36. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

8.36.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o Pregoeiro poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha. (Acórdão TCU 988/2022 - Plenário)

8.36.2. Caso existam dúvidas relacionadas a incertezas e/ou divergências constatadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o Pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.

8.36.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.

Regularidade Fiscal

8.37. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9. RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no subitem 4.1.2 deste Edital, da ata de julgamento. (§ 1º do artigo 59 da Lei 13.303/2016).

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

11. ERROS OU FALHAS

11.1. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

11.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item anterior**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(___) Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

(X) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do *Termo de Referência* e do contrato.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Quando a **Embrapa** convocar o licitante com preço mais bem classificado para assinatura do Contrato, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

14.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MPDG N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 são as estabelecidas no presente Edital.

14.2. A CONTRATANTE deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

14.4. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

14.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) Férias e um terço constitucional de férias;

c) Multa sobre o FGTS; e

d) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

14.5.1. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

14.6. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em *Termo de Cooperação Técnica* firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

14.7. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

14.8. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

14.9. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

14.10. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

14.11. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

14.12. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

14.13. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

15. PENALIDADES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou entregar em desconformidade ao Edital, mesmo após prazo conferido para correção das inconsistências ou os defeitos constatados.

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

15.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

15.1.5. fraudar a licitação;

15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. A Embrapa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. multa;

15.2.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Embrapa** por prazo não superior a 2 (dois) anos.

15.3. A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de () dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Embrapa** poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Embrapa** será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da **Embrapa**, pelo prazo máximo de 1 (um) ano.

15.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Embrapa** será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, pelo prazo de 2 (dois) anos.

15.7. Qualquer conduta não prevista no item 15.1 deste Edital e que seja sujeita à aplicação da penalidade prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, seguirá a dosimetria estabelecida nos itens 15.12 a 15.24 deste Edital.

15.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da **Embrapa**, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.9. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações previstas neste item do Edital, o Pregoeiro ou o presidente da comissão de licitação adotará o seguinte procedimento:

15.9.1. Notificará o licitante, no prazo máximo de 2 dias úteis a contar da identificação do evento, sobre a ocorrência dos fatos identificados e da possível infração, solicitando manifestação prévia sobre os motivos de sua ocorrência e eventuais alegações, por meio do sistema ou por outro meio que garanta o conhecimento de sua recepção;

15.9.2. Após manifestação do licitante, o Pregoeiro ou presidente da comissão de licitação reduzirá os fatos e as circunstâncias em relatório, manifestando-se sobre possível ocorrência ou não de infração;

15.9.3. Caso o Pregoeiro ou comissão de licitação conclua pela ocorrência da infração, encaminhará o relatório e demais documentos pertinentes à autoridade competente (Chefe Adjunta de Administração), que decidirá, justificadamente, sobre a abertura de Processo Administrativo de Apuração - PAA, caso conclua pela materialidade da infração.

15.10. Constatada a materialidade da infração, será providenciada a instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA, com intuito de reunir todos os documentos produzidos, visando avaliação sobre culpabilidade do infrator.

15.11. A instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser iniciada por termo de abertura de processo e instrução processual contendo, no mínimo:

- a) todas as manifestações produzidas na instrução preliminar;
- b) decisão da autoridade competente sobre abertura do PAA (Chefe Adjunta de Administração);
- c) Edital cujas disposições foram infringidas;
- d) os documentos comprobatórios das alegações já formuladas.

15.11.1. Instaurado Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser encaminhada ao infrator, no prazo de até 10 dias úteis a contar da abertura do processo, notificação sobre a abertura do PAA, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) identificação do infrator;
- b) número e objeto do contrato ou Edital a que se refere;
- c) finalidade da intimação;
- d) indicação dos fatos e fundamentos legais, disposições do Edital descumpridas.
- e) as possíveis penalidades cabíveis, com indicação das disposições do Edital a que se referem;
- f) estabelecimento de prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, a contar da data do recebimento da notificação, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;
- g) orientações para que a Contratada se habilite no processo SEI, o prazo no qual deverá estar habilitado e a informação de que, ao final, a **Embrapa**, para todos os efeitos, considerará que a licitante encontra-se com vista franqueada do processo;
- h) informação da continuidade do processo, decorridos os prazos, independentemente da apresentação de sua defesa;

15.11.2. O infrator terá acesso irrestrito ao PAA, sendo de sua inteira responsabilidade o tratamento dos dados pessoais neles contidos, devendo, se for o caso, tratá-los segundo as disposições da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

15.11.3. O infrator deverá arcar com os custos de eventuais fotocópias.

15.11.4. É ônus do contratado manter atualizado, junto à **Embrapa**, seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.

15.11.5. Ao licitante incumbe, no âmbito de sua defesa, alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos que lhe aproveitem, cabendo-lhe o ônus da prova de suas alegações, podendo juntar documentos e pareceres, bem como requerer diligências ou qualquer outro meio de prova cabível, arcando com eventuais custos de sua realização.

15.11.6. Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo licitante quando sejam intempestivas, ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

15.11.7. Após a apresentação da defesa prévia pelo licitante, a autoridade competente (Chefe Adjunta de Administração), se manifestará sobre as alegações apresentadas e decidirá sobre a culpabilidade do infrator, fundamentadamente.

15.11.8. Após o análise sobre a culpabilidade, no mesmo ato, a autoridade competente (Chefe Adjunta de Administração), passará à dosimetria das penalidades cabíveis.

15.12. Na avaliação da dosimetria das penalidades, a autoridade competente (Chefe Adjunta de Administração), mesmo nos casos de ausência de defesa, considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes presentes no caso, e as penalidades que entender razoáveis.

15.13. A aplicação da penalidade deve levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade do licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, em especial, as seguintes circunstâncias:

I. atenuantes:

- a) a inexistência de prejuízos ou riscos à **Embrapa**;
- b) a regularização do ato que ensejou a abertura do PAA; e
- c) outra circunstância relevante, anterior ou posterior à infração verificada.

II. agravantes:

- a) a reincidência;
- b) o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência da infração; e
- c) a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos, dos quais tenha tomado conhecimento.

15.13.1 No concurso de agravantes e atenuantes, a Autoridade Decisória (Chefe Adjunta de Administração) aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

15.13.2. De forma devidamente justificada, a penalidade prevista no Edital poderá ser reduzida equitativamente pela Autoridade Decisória (Chefe Adjunta de Administração).

15.14. A aplicação de sanção e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

15.15. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

- I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no Edital;
- II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;
- III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;
- IV - A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação da pena de forma imediata.

15.16. Proferida a Decisão, o infrator será notificado, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

15.16.1. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso o infrator acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

15.17. Poderá o infrator, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

15.18. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao autor da Decisão recorrida (Chefe Adjunta de Administração), que poderá revê-la, modificando-a, anulá-la ou revogá-la, total ou parcialmente ou mantê-la.

15.18.1. Se a reforma da Decisão agravar situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da intimação, novos termos recursais em relação ao agravamento.

15.18.2. Após seu pronunciamento final, caso o autor da nova Decisão recorrida a mantenha inalterada, deverá encaminhá-la ao superior imediato (Chefe Adjunta de Administração).

15.18.3 O superior imediato (Chefe Adjunta de Administração) poderá confirmar, atenuar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

15.18.4. A decisão que anular ou revogar a decisão recorrida, imporá o reinício do PAA, sem prejuízo dos atos aproveitáveis.

15.18.5. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

15.18.6. O não conhecimento do recurso não impede a **Embrapa** de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

15.18.7. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior (Chefe Adjunta de Administração), o infrator deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure, inequivocamente, a certeza da ciência do interessado.

15.18.8. Caso o penalizado não seja encontrado ou não confirme o recebimento da intimação, a Decisão será publicada no Diário Oficial da União, hipótese em que se presumirá a sua ciência.

15.18.9. Após a Decisão final, a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF e nos registros cadastrais da **Embrapa**.

15.19. O sancionado com multa deverá comprovar o seu pagamento em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação respectiva, observando-se que, em caso de não quitação do débito, a **Embrapa** poderá efetuar sua cobrança pela via judicial.

15.20. O pagamento da multa poderá ser parcelado, por decisão da autoridade competente (Chefe Adjunta de Administração), quando não houver prejuízos para a **Embrapa**, observando-se que os valores deverão ser atualizados pela taxa básica de juros da economia (SELIC).

15.21. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou da ciência da Decisão, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

15.22. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

15.23. Em regra, o recurso não terá efeito suspensivo, sendo possível sua concessão, de ofício ou a pedido, pela Autoridade Decisória recorrida ou imediatamente superior, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, decorrente da execução da decisão.

15.24. A prática de atos lesivos à **Embrapa** nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 11.129/2022, será apurada em processo administrativo aberto e instruído conforme disposições contidas na citada legislação, e em obediência ao rito e penalidades nela fixados.

15.25. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação em anexo ao presente Edital, podendo, ainda, constar do *Termo de Referência*.

16. ATOS LESIVOS À Embrapa

16.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à **Embrapa**, assim definidos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

16.2. Constatada a prática de ato lesivo à **Embrapa**, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

16.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

16.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da **Embrapa**.

16.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

16.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a **Embrapa**, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) em Edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

16.7. A publicação a que se refere o item 16.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

16.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à **Embrapa** resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

16.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 67 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.

16.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

16.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO Edital

17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma deste Edital.

17.2. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

17.2.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.2.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital de licitação e dos anexos.

17.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

17.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do Pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

17.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

17.5.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.5.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital de licitação e dos anexos.

17.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio abaixo indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à **Embrapa** a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

17.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da **Embrapa**.

17.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.

17.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

17.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

17.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

17.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18. DA VISTORIA DAS INSTALAÇÕES

18.1. A licitante poderá vistoriar o local de execução dos serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário até o segundo dia útil anterior à data da abertura da sessão pública deste Pregão, junto ao SPS/Compras, pelo telefone (32) 3311-7429 ou e-mail cnpgl.compras@embrapa.br, no horário de 08:00 às 11:00 horas pela manhã, e das 13:00 às 16:00 horas pela tarde. (Modelo de declaração de vistoria, conforme Anexo VIII do Edital).

18.2. Caso a licitante não venha a efetuar a vistoria, correrá por sua própria conta e risco a elaboração de sua proposta, não cabendo alegações de inexecutabilidade da proposta por desconhecimento das áreas onde os serviços serão executados.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

19.2. A **Embrapa** poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

19.3. A **Embrapa** poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

19.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da **Embrapa**.

19.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Circunscrição Judiciária de Juiz de Fora-MG, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

19.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo I-A – Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo V-B IN 05/2017);

Anexo I-B - Especificações, locais, materiais, equipamentos, utensílios e uniformes

Anexo II - Modelo de Proposta (Anexo VII-C da IN 05/2017);

Anexo III - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo VII-D da IN 05/2017);

Anexo IV - Modelo de Declaração de Contratos firmados com a iniciativa privada e Administração Pública (Anexo VII-E da IN 05/2017);

Anexo V - Modelo de Minuta de Contrato;

Anexo V-A - Matriz de Risco;

Anexo VI - Reserva Mensal para o Pagamento de Encargos Trabalhistas - Percentuais Incidentes sobre a Remuneração (Anexo XII da IN 05/2017);

Anexo VII - Modelo de Termo de Cooperação Técnica (Anexo XII-A da IN 05/2017) e Anexos.

Anexo VIII - Modelo de Declaração de Vistoria;

Anexo IX - Modelo de Declaração ou Atestado de Capacidade Técnica;

Anexo X - Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

Anexo XI – Convenção Coletiva de Trabalho;

Anexo XII – Declaração sobre impedimentos da Lei nº 13.303/2016

Juiz de Fora-MG, 12 de maio de 2025.

Adriana Carla Sanches Façanha
Chefe Adjunto de Administração

ANEXO I -
TERMO DE REFERÊNCIA
(EM ANEXO)

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Limpeza e Conservação a serem realizados nas instalações da **Sede da Embrapa Gado de Leite e no Campo Experimental José Henrique Bruschi (CEJHB)**, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Localizada em Juiz de Fora-MG, a Sede da Embrapa Gado de Leite possui uma área contendo prédios com escritórios, laboratórios, almoxarifado, garagem de veículos, vestiários, banheiros, guarita que necessitam estar em condições adequadas de higiene e asseio para que os serviços administrativos, de pesquisa e apoio sejam realizados da melhor forma possível.

2.2 Localizada em Coronel Pacheco-MG, o Campo Experimental José Henrique Bruschi, da Unidade Embrapa Gado de Leite, possui uma área contendo prédios contendo prédios com escritórios, laboratórios, almoxarifado, garagem de veículos, vestiários, banheiros, guarita e necessitam estar em condições adequadas de higiene e asseio para que os serviços administrativos, de pesquisa e apoio sejam realizados da melhor forma possível.

2.3 Considerando o permissivo legal de contratação, pela Administração Pública, da prestação de serviços por execução indireta, dentre eles os de natureza continuada, ou seja, aqueles que, por sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro; assegurando o funcionamento das atividades finalística do órgão ou entidade, de modo que não haja interrupção que possa comprometer a prestação de um serviço público ou o descumprimento da missão institucional. E, considerando ainda que a Embrapa Gado de Leite possui atualmente um quadro restrito de funcionários, focados nas atividades fim da empresa, e que não possui em seu quadro funcional empregados com funções, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas, a contratação de empresa para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência se justifica pela necessidade primordial e indispensável de garantir a limpeza, higienização, asseio e conservação das áreas físicas, internas e externas, da Embrapa Gado de Leite.

3. METODOLOGIA

3.1. O presente processo de contratação será realizado na modalidade Dispensa de Licitação, observados os seguintes dispositivos legais: Lei 13.303, de 30/06/2016, Artigo 29, Inciso XV, Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, - Norma 037.011.003.001, Art. 103, § 6º, IN Nº 05, de 25/05/2017, IN Nº 3, de 25/04/2018, Decreto 12.174, de 11/09/2024, IN nº 190/2024 de 05/12/2024 e IN nº 381, de 17/09/2025, no que couber.

3.2. A classificação das propostas será pelo critério de **menor preço global anual Grupo** (G1) sendo adjudicado à empresa licitante que apresentar o lance de menor preço global anual e atender às exigências editalícias.

3.3. O regime de execução será por preço global, com fornecimento de mão de obra, materiais, uniformes e equipamentos.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação nas dependências da Embrapa Gado de Leite SEDE, em Juiz de Fora-MG, à Rua Eugênio do Nascimento, nº 610, bairro Dom Bosco, com área total (interna/externa/esquadrias) de aproximadamente de 36.851m², distribuídas nas seguintes áreas, instalações e prédios, vide anexo.

4.2. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação nas dependências do Campo Experimental José Henrique Bruschi, em Coronel Pacheco-MG, à Rodovia MG 133, km 42, Zona Rural, com área construída de 4.189,36m² (e 600,00m² de área externa), distribuídas nas seguintes áreas, instalações e prédios, vide anexo.

4.3. **O detalhamento dos locais, área física desmembrada, periodicidade de limpeza, frequência, materiais, equipamentos, uniformes e utensílios estão discriminados no ANEXO I B - deste Termo de Referência.**

4.4. Com base nos Estudos Técnicos Preliminares, as metragens das áreas físicas, áreas corrigidas e produtividade média adotada, para a execução dos serviços, são as seguintes:

SEDE

TIPO DE ÁREA	ÁREA FÍSICA(M²)	ÁREA CORRIGIDA (M²)	PRODUTIVIDADE MÉDIA (M²)
Áreas Internas	17.475	3.137	840
Áreas Externas	19.376	785	1545

CEJHB

TIPO DE ÁREA	ÁREA FÍSICA(M²)	ÁREA CORRIGIDA (M²)	PRODUTIVIDADE MÉDIA (M²)
Áreas Internas	4.189	1.808	809
Áreas Externas	600	120	2250

4.5. As categorias a serem empregadas no serviço são registradas pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, conforme código constante da Classificação Brasileira de Ocupações-CBO:

CBO: 5143-20 – Faxineiro - Auxiliar de limpeza, Servente de limpeza

4.6. Na busca de fatores que contribuam para a economicidade de seus recursos, tendo em vista as características das instalações prediais e as experiências conferidas nas contratações anteriores, a Embrapa Gado de Leite, diante das condições e regras de produtividade estabelecidas na IN MPOG Nº 05/2017, estima-se que seja suficiente para a execução dos serviços de limpeza, conservação e higienização o quantitativo estimado de 6 (seis) profissionais para execução dos serviços na Sede Juiz de Fora, sendo 2 destes atuando também em serviços de conservação e limpeza de laboratórios, sendo estas áreas consideradas insalubres (grau médio).

4.7. Neste mesmo sentido, estima-se que seja suficiente 3 (três) profissionais para execução dos serviços de limpeza e conservação no Campo Experimental José Henrique Bruschi em Coronel Pacheco.

4.7.1. A contratação será realizada em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com os serviços prestados nas dependências da Sede da Embrapa Gado de Leite, situada em Juiz de Fora-MG, à Rua Eugênio do Nascimento, 610, Dom Bosco, CEP: 36038-330, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da Embrapa, entre 8:00h e 17:00h, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 381, de 17/09/2025, sem prejuízo de salários conforme piso salarial ACT/CCT da categoria.

4.7.2. A contratação será realizada em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com os serviços prestados nas dependências do Campo Experimental José Henrique Bruschi, situada em Coronel Pacheco, à Rodovia MG 133, km 42, Zona Rural, CEP: 36155-000, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da Embrapa, entre 7:00h e 16:00h, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 381, de 17/09/2025, sem prejuízo de salários conforme piso salarial ACT/CCT da categoria.

4.7.3. A compensação de jornada poderá ser realizada, desde que compatível com natureza dos serviços e conforme artigo 3º do Decreto 12.174/2024

4.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA E A EMBRAPA, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.9. O valor estimado da contratação está determinado conforme quantitativo e descritivo acima, levando em consideração salários e benefícios de acordo com a Convenção Coletiva da categoria funcional, os encargos e direitos trabalhistas, funcionários de reposição para cobertura de férias e demais ausências, a previsão de pagamentos de férias, pagamento de 13º salário, licenças e afastamentos, e outras eventualidades; devendo estar incluídos todos os custos de Uniformes, EPIs, materiais e equipamentos; e todos os custos administrativos e financeiros direta e indiretamente relacionados à prestação dos serviços:

4.10. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela Embrapa.

4.11. **Ao analisar a Proposta Comercial e Planilha de Custo e Formação de Preços, será observado o que prevê o Art. 5º do Decreto nº 12.174.**

4.12. A EMBRAPA não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

4.13. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou de benefício que não se aplicam a totalidade das categorias profissionais abrangidas pela respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

4.14. A contratação será realizada em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com os serviços prestados de segunda a sexta-feira, conforme abaixo:

4.14.1. SEDE - JUIZ DE FORA - De Segunda a Sexta-feira

Início: 08:00h às 12:00h

Pausa para descanso: das 12h00 às 13h00

Término: 17:00

4.14.2. CEJHB - CORONEL PACHECO - De Segunda a Sexta-feira

Início: 07:00h às 11:00h

Pausa para descanso: das 11h00 às 12h00

Término: 16:00

4.15. A critério da Contratante, eventualmente poderá ser solicitada a execução dos serviços nos dias de sábado. Nesse caso a jornada será das 8:00h às 12:00h, sem intervalo.

4.16. A Embrapa observará todas as disposições referente ao Decreto 12.174 de 11 de setembro de 2024 e Instrução Normativa SEGES/MGI nº 381 de setembro de 2025.

4.17. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA E A EMBRAPA, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.18. Os Fiscais do Contrato realizarão um mapeamento de todas as áreas internas/externas, administração, almoxarifado, áreas específicas, fábricas de ração, vestiários, esquadrias, salas, departamentos, setores, dentre outros, conforme Termo de Referência, onde estão delimitados todas as localidades e frequências de limpeza, para que, efetivamente sejam realizados uma programação e cronograma de limpeza junto à Contratada, possibilitando assim a realização de TODOS OS SERVIÇOS contemplados no Instrumento convocatório. Será de responsabilidade da Contratada em proceder a limpeza em sua totalidade, conforme produtividade e frequências definidas no escopo (Anexo I b) ainda que tenha que enviar por sua conta (ou sem custos adicionais), uma equipe especializada para realização dos serviços em locais de risco.

4.19. DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS NAS ÁREAS INTERNAS

4.19.1. DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO

4.19.1.1. Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;

4.19.1.2. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;

4.19.1.3. Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;

4.19.1.4. Lavar todos os banheiros com produtos especializados para higienização e limpar os espelhos;

4.19.1.5. Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira/pedras/piso flutuante, mármore/granitos/emborrachados/cimento/paviflex, etc.;

4.19.1.6. Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, etc.;

4.19.1.7. Limpar, usando pano úmido e desinfetante, as escadarias internas e externas, pisos em geral, passarelas e passadiços. Varrer e limpar, com pano úmido, o piso vinílico (paviflex);

4.19.1.8. Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;

4.19.1.9. Limpar as copas e seus mobiliários, tipo: geladeiras, fogões, micro ondas, cafeteiras, etc.;

4.19.1.10. Abastecer com papel toalha, higiênico, sabonete líquido, desinfetante e o álcool gel os sanitários, e ainda, quando solicitado pelo Fiscal do Contrato;

4.19.1.11. Abastecer as copas, sempre que necessário com a reposição, papel toalha, detergente biodegradável, multiuso, álcool em gel, esponjas de aço,

esponjas para lavar louças, cloro líquido, sabão em pó, sabão em barra, panos de chão;

4.19.1.12. Lavar todas as áreas, destinadas ou não ao público, incluindo mármore, mosaico, cerâmica, portas, azulejos, vidros, esquadrias, luminárias e toda a parte cimentada;

4.19.1.13. Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;

4.19.1.14. Passar lustra-móveis nas mesas, armários e demais envernizados/madeira, etc.

4.19.1.15. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos na cor apropriada, de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;

4.19.1.16. Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995 e obedecendo as orientações da GERECICLE, com vistas à separação dos materiais recicláveis do lixo orgânico, que deverá ser coletado separadamente, conforme a cor do saco plástico;

4.19.1.16.1. Os materiais recicláveis deverão ser separados para o recolhimento pelas cooperativas e/ou associações cadastradas pela EMBRAPA;

4.19.1.17. Limpar os corredores;

4.19.1.18. Limpar cestos de papéis usados, lixeiras de Coleta Seletiva, Coletores de Copos, cinzeiros externos e outros necessários;

4.19.1.19. Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, devidamente higienizados com álcool, utilizando panos limpos fornecidos pela Contratada;

4.19.1.20. Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;

4.19.1.21. Regar plantas nas áreas internas;

4.19.1.22. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária;

4.19.1.23. Recolocar, rigorosamente em seus devidos lugares todos os equipamentos e/ou materiais removidos, após quaisquer trabalhos de limpeza;

4.19.1.24. Limpar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes.

4.19.1.25. Fazer a separação e acondicionamento de materiais recicláveis, tipo: vidro, papel, lâmpadas, plástico, metal e material orgânico.

4.19.1.26. Realizar a movimentação e recolhimentos de móveis, equipamentos e utensílios dentro da Unidade, quando demandado pelo Setor de Gestão de Patrimônio e Suprimentos e/ou Fiscal do Contrato.

4.19.2. SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO

4.19.2.1. Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

4.19.2.2. Limpar, com produtos adequados, divisórias face interna/externa, portas revestidas de fórmica, de divisórias, de madeira, blindex e vidros em divisórias face interna e externa;

4.19.2.3. Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;

4.19.2.4. Limpar móveis de revestimento de resina sintética;

4.19.2.5. Limpar persianas, cortinas, grades e pedestais com equipamento próprio;

4.19.2.6. Lustrar todo o mobiliário envernizado, estações de trabalho e outros mobiliários com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;

4.19.2.7. Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;

4.19.2.8. Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;

4.19.2.9. Limpar com pano úmido as plantas ornamentais, naturais, artificiais e polir com líquido próprio os respectivos vasos;

4.19.2.10. Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;

4.19.2.11. Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;

4.19.2.12. Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool e limpa vidros, duas vezes por semana;

4.19.2.13. Retirar o pó e resíduos, com pano úmido ou seco nas molduras em geral;

4.19.2.14. Vasculhar com espanador paredes e tetos;

4.19.2.15. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

4.19.3. MENSALMENTE, UMA VEZ

4.19.3.1 Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;

4.19.3.2 Limpar forros, paredes e rodapés;

4.19.3.3 Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;

4.19.3.4 Limpar persianas com produtos adequados;

4.19.3.5 Remover manchas de paredes;

4.19.3.6 Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);

4.19.3.7 Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

4.19.4 ANUALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

4.19.4.1 Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;

4.20. DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS NAS ÁREAS EXTERNAS

4.20.1. DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

4.20.1.1. Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

4.20.1.2. Varrer as áreas pavimentadas;

4.20.1.3. Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas externas e jardins;

4.20.1.4. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 litros, removendo-os para local indicado pela EMBRAPA;

4.20.1.5. Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995 e obedecendo as orientações da GERECICLE, com vistas à separação dos materiais recicláveis do lixo orgânico, que deverá ser coletado separadamente;

4.20.1.6. Os materiais recicláveis deverão ser separados para o recolhimento pelas cooperativas e/ou associações cadastradas pela EMBRAPA;

- 4.20.1.7. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária;
- 4.20.1.8. Varrição dos gramados externos e vias pavimentadas internas que circulam os prédios.

4.20.2. TRIMESTRALMENTE, UMA VEZ

- 4.20.2.1. Limpeza dos telhados, calhas e bueiros, retirando detritos de animais, folhas e outros acumulados, desobstruindo se necessário as canalizações de águas pluviais e telhados, utilizando necessariamente, os dispositivos de segurança;
- 4.20.2.2. Remover a cera dos pisos com removedor apropriado, aplicar impermeabilizante acrílico plastificante, selador, cera antiderrapante, sendo todos produtos de alta qualidade e performance;
- 4.20.2.3. Lustrar, com polidor de metais próprio, todas as superfícies metálicas, inclusive letreiros e placas existentes internamente e externamente;
- 4.20.2.4. Aplicar cal nos meio fios dos estacionamentos com material fornecido pela Contratada.

4.20.3. SEMESTRALMENTE

- 4.20.3.1. Limpar, engraxar e/ou lubrificar portas, basculantes, caixilhos e janelas em alumínio tipo veneziana, utilizando produtos e equipamentos adequados;
- 4.20.3.2. Limpar as paredes externas laterais revestidas de cerâmica, marquise, mármore e outros, utilizando necessariamente, os dispositivos de segurança.

4.21. UNIFORMES

- 4.21.1. A Contratada deverá fornecer, semestralmente/anualmente e impreterivelmente, os uniformes conforme abaixo relacionados e de acordo com a categoria funcional, conforme quantitativos descritos no **ANEXO I B - deste Termo de Referência**.
- 4.21.2. Os uniformes/calçados deverão ser fornecidos semestralmente/anualmente, devendo ser confortáveis e de boa qualidade, e serão rejeitados pela EMBRAPA caso não atendam as especificações acima, principalmente no tocante a qualidade e conforto.
- 4.21.3. O fornecimento dos uniformes se dará no primeiro mês de contrato de cada ano, semestralmente ou anualmente (conforme itens 4.9.1.1 e 4.9.1.2), enquanto perdurar a execução dos serviços, devendo os uniformes ser entregues, no máximo, até o 10º (décimo) dia daquele mês, salvo no primeiro ano, uma vez que no primeiro dia da execução contratual todos os funcionários deverão estar devidamente uniformizados.
- 4.21.4. A Contratada poderá exigir a qualquer momento a substituição dos uniformes, caso não estejam preenchendo os requisitos de boa qualidade, aparência e conservação necessárias.
- 4.21.5. Os uniformes deverão ser entregues a todos os profissionais da categoria na presença da fiscalização do contrato e mediante recibo (relação nominal), cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à Embrapa Gado de Leite / Setor de Gestão de Patrimônio e Suprimentos / Contratos..
- 4.21.6. É vedada a distribuição de uniformes usados aos empregados vinculados aos serviços contratados bem como repasse de seus custos a esses.
- 4.21.7. Em caso de funcionária gestante, a Contratada deverá fornecer uniformes apropriados em até 15 (quinze) dias após a comunicação do fiscal do contrato, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

4.22. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO ESTIMADO DE MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO:

Todo o material de consumo e utensílios necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela Contratada em quantidade e qualidade e em conformidade com as metragens e instalações informadas pela Embrapa, que poderá recusar aqueles cuja qualidade não satisfaça as necessidades e o padrão da Embrapa. Para execução do serviço contratado, serão necessários, "no mínimo", materiais de consumo relacionados no **ANEXO I B - deste Termo de Referência**, ficando sob responsabilidade da Contratada o fornecimento de quaisquer outros materiais necessários a execução dos serviços, que não estejam relacionados.

4.23. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO ESTIMADO DE EQUIPAMENTOS

Todos os equipamentos necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela Contratada em quantidade e qualidade e em conformidade com as metragens e instalações informadas pela Embrapa, que poderá recusar aqueles cuja qualidade não satisfaça as necessidades e o padrão da Embrapa. Para execução do serviço contratado, serão necessários, "no mínimo", os equipamentos abaixo relacionados no **ANEXO I B - deste Termo de Referência**, ficando sob a responsabilidade da Contratada o fornecimento de quaisquer outros equipamentos necessários a execução dos serviços, que não estejam relacionados.

4.24. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO ESTIMADO DE UTENSÍLIOS

Todos os utensílios necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela Contratada em quantidade, qualidade e em conformidade com as metragens e instalações informadas pela Embrapa, que poderá recusar aqueles cuja qualidade não satisfaça as necessidades e o padrão da Embrapa. Para execução do serviço contratado, serão necessários, "no mínimo", utensílios abaixo relacionados no **ANEXO I B - deste Termo de Referência**, ficando sob a responsabilidade da Contratada o fornecimento de quaisquer outros necessários a execução dos serviços, que não estejam relacionados.

5. OBRIGAÇÕES DA EMBRAPA

- 5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.2. Será designado 01 (um) empregado da Embrapa, na forma prevista na Lei nº 13.393, de 30 de junho de 2016, para exercer a fiscalização permanente da execução dos serviços, do fornecimento dos materiais e equipamentos exigidos;
- 5.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; e procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;
- 5.4. Indicar as áreas onde os serviços serão executados, conforme Edital e cláusulas contratuais;
- 5.5. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato;
- 5.6. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, às dependências da Embrapa, para a prestação do serviço;
- 5.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 5.8. Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 5.9. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações;
- 5.10 Solicitar a substituição do empregado da CONTRATADA que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência;

- 5.11. Solicitar a substituição ou complementação dos materiais que estiverem em desacordo ou em qualidade ou quantidade inferior à contratada;
- 5.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;
- 5.13. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade competente da Embrapa para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 5.14. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.15. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 5.16. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
 - b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - d) Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais da EMBRAPA, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 5.17. Suspender o pagamento da Nota Fiscal/Fatura sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da CONTRATADA, até a completa regularização;
- 5.18. Fiscalizar mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- a) A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido.
 - b) O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade.
 - c) O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
 - d) Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- 5.19. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;
- 5.20 - ATRIBUIÇÕES DO FISCAL E DO GESTOR DO CONTRATO**
- 5.20.1. Fiscalizar a execução dos serviços, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições constantes no Edital e seus anexos;
- 5.20.2. Acompanhar a execução dos serviços prestados, atuando junto ao preposto indicado pela CONTRATADA.
- 5.20.3. Verificar a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato e notificar o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.
- 5.20.4. Determinar os horários para a execução das tarefas dos setores com o repasse do cronograma com a programação, de modo que os horários não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento do Setor.
- 5.20.5. Avaliar a qualidade da prestação dos serviços por meio inspeção direta, feita a qualquer tempo.
- 5.20.6. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial atestar faturas;
- 5.20.7. Anotar em registro próprio as ocorrências, de qualquer natureza, verificadas durante a execução do contrato, determinando o que for necessário para regularizá-las, inclusive notificando a CONTRATADA;
- 5.20.8. Encaminhar à autoridade superior proposta de rescisão do contrato, quando o objeto estiver sendo executado de forma irregular, em desacordo com as especificações e, ainda, quando constatada a paralisação da execução ou cometimento de faltas que ensejem a adoção dessa medida ou de outras constantes do Contrato, garantida a ampla defesa à CONTRATADA;
- 5.20.9. Reportar-se somente ao preposto designado pela CONTRATADA, sendo vedado o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os uniformes, materiais e equipamentos, necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 6.1.1. Os equipamentos a serem fornecidos pela Contratada deverão ser disponibilizados novos, de primeiro uso e de boa qualidade.
- 6.2. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos;
- 6.3. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à EMBRAPA a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 6.4. Responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte uniformes, crachás, equipamentos de proteção individual (EPI) e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- 6.5. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da EMBRAPA;
- 6.8. Fiscalizar mensalmente os seus empregados designados para a prestação dos serviços, com o intento de verificar as condições em que os mesmos estão sendo prestados;
- 6.9. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução dos serviços;
- 6.10. Manter seus empregados sob as normas disciplinares da EMBRAPA, substituindo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação, qualquer que incorra em atitudes consideradas inconvenientes e inadequadas pela Fiscalização;
- 6.11. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, tendo funções profissionais registradas em suas carteiras de trabalho;;
- 6.12. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, com entrega comprovada e treinamento para uso de EPI's;
- 6.13. Cuidar para que o PREPOSTO indicado mantenha permanente contato com a Fiscalização do Contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços;
- 6.14. Coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- 6.15. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados assumindo todas as responsabilidades e tomando as medidas necessárias ao atendimento das necessidades surgidas em decorrência de férias, ausências legais, acidentes (de trabalho ou não), enfermidades, mal súbito, e todos os outros relacionados a gestão de pessoas de seu quadro funcional;
- 6.16. Instruir seus empregados quanto aos protocolos de prevenção de acidentes e de incêndios;

- 6.18. Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;
- 6.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Embrapa;
- 6.20. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da Embrapa, por meio próprio ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário ou horários diferenciados;
- 6.21. Providenciar, para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal, bem como o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- 6.22. Efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária de livre escolha do empregado;
- 6.23. Pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, entregando, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- 6.24. Selecionar e treinar adequadamente os empregados, garantindo que todos tenham os cursos e qualificações adequadas para a prestação dos serviços, observando a comprovação dos atestados de antecedentes criminais e o comportamento social moral e cordial;
- 6.25. Responsabilizar-se exclusivamente por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor e suas atualizações, bem como as atualizações das CCT, solicitando a repactuação contratual quando pertinente, e respondendo civil e criminalmente a eventuais demandas judiciais;
- 6.26. Fornecer à EMBRAPA no início da prestação dos serviços e sempre que solicitado, todos os documentos necessários à comprovação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da empresa, bem como qualquer documento de quaisquer de seus empregados designados para prestar serviços junto à EMBRAPA;
- 6.28. Substituir o empregado que se ausentar, independente do motivo, sem qualquer adicional para a Embrapa;
- 6.29. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus empregados ou prepostos às instalações, patrimônio e pessoal da EMBRAPA, procedendo, imediatamente, a reparação do dano;
- 6.30. Responsabilizar-se por quaisquer prejuízos sofridos pela EMBRAPA em decorrência de furtos, roubos, depredações ou outros danos materiais, quando resultarem de negligência, ou inadimplemento da Contratada, ou seu pessoal, de quaisquer disposições do contrato, devendo, dentro de 30 (trinta) dias corridos após cada evento, tomar as providências necessárias ao ressarcimento dos prejuízos causados;
- 6.31. Possuir efetivo para atender eventuais acréscimos solicitados pela EMBRAPA, bem como impedir que empregado que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne às instalações da EMBRAPA;
- 6.32. Cuidar para que seus empregados mantenham disciplina e conduta compatíveis com o ambiente de trabalho, devendo, no mínimo, observar as normas legais e regulamentares da EMBRAPA, zelar pela conservação do patrimônio público, guardar sigilo sobre assunto da repartição que tiver conhecimento, manter conduta compatível com a moralidade administrativa, tratar com urbanidade as pessoas, não retirar qualquer documento ou objeto da Embrapa, não promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da Embrapa, não cometer a pessoa não autorizada pela contratada o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade, não proceder de forma desidiosa e não utilizar recursos materiais da Embrapa em serviços ou atividades particulares;
- 6.33. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela EMBRAPA e atender prontamente às reclamações que lhe forem apresentadas, relacionadas com a execução do contrato;
- 6.34. Treinar os empregados de acordo com as atividades a serem desenvolvidas, antes do início da execução dos serviços. além de comprovar documentalmente estes treinamentos;
- 6.35. Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos seus empregados, comprovando o fornecimento junto à Fiscalização quando solicitado, além de cumprir integralmente as prerrogativas estabelecidas pela Norma Regulamentadora nº 06 do MTE e alterações posteriores;
- 6.36. Apresentar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional (PCMSO) ao Gestor do Contrato, quando assim estiver obrigada, sob pena de aplicação de multa;
- 6.37. Comunicar à Fiscalização qualquer alteração no quadro de pessoal que se encontra prestando os serviços à Embrapa;
- 6.38. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas:
- 6.38.1. Disponibilizar equipamentos elétricos dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- 6.40. Não beneficiar-se indevidamente da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 6.41. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 6.42. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como férias, licenças, benefícios e auxílios como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.
- 6.43. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da EMBRAPA e dessa forma a Embrapa não se responsabilizará por sumiço ou quebra dos bens disponibilizados pela Contratada.
- 6.44. Fornecer todos os equipamentos e materiais necessários para a prestação dos serviços, inclusive material higiênico e de limpeza, sendo a Contratada responsável pela sua manutenção, guarda, utilização e distribuição. Tais equipamentos e materiais deverão ser da melhor qualidade e em quantidade suficiente à perfeita execução do objeto deste contrato;
- 6.45. Indicar quando da assinatura do contrato: o endereço, telefone fixo, celular de contato da sede da empresa ou do escritório de representação mais próximo da cidade onde os serviços serão prestados;
- 6.46. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 6.47. Utilizar exclusivamente empregados habilitados, aptos no manuseio dos materiais e uso dos equipamentos, para realização dos serviços contratados;
- 6.48. Manter disciplina nos locais dos serviços, substituindo no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- 6.49. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;
- 6.50. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- 6.51. Fornecer todos os equipamentos e materiais necessários para a prestação dos serviços, inclusive material higiênico e de limpeza, sendo a Contratada responsável pela sua manutenção, guarda, utilização e distribuição. Tais equipamentos e materiais deverão ser da melhor qualidade e em quantidade suficiente à perfeita execução do objeto deste contrato;
- 6.52. Manter disciplina nos locais dos serviços, substituindo no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas) após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;

- 6.53. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
- 6.54. O preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração, Coordenador e Gestor do Contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- 6.55. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Embrapa;
- 6.57. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Embrapa;
- 6.59. Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Embrapa, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- 6.60. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 6.61. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 6.62. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
- 6.62.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- 6.62.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 6.62.3. Racionalização/economia no consumo de energia e água;
- 6.62.4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- 6.62.5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.
- 6.63. Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- 6.64. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores:
- 6.64.1. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
- 6.65. Manter os profissionais com jornada de 40h (quarenta horas) semanais nos horários pré determinados pela Embrapa;
- 6.66. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e pessoais causados por seus empregados, dolosa ou culposamente, aos bens da Embrapa e de terceiros;
- 6.67. Substituir o empregado que demonstrar atuação insatisfatória no desempenho de suas funções ou que, em razão de comportamento indevido, tenha a sua permanência em serviço considerada prejudicial ou inconveniente pela Embrapa, bem como daquele que se ausentar por motivo de atestado médico, férias, ou qualquer outro motivo, sem qualquer ônus adicional para a Embrapa;
- 6.69. Responder pelos danos causados à Embrapa ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento dos serviços pela Embrapa.
- 6.70. Proibir a utilização dos telefones, sob a responsabilidade da EMBRAPA, para ligações interurbanas de qualquer natureza, bem como para tratar de assuntos alheios ao serviço;
- 6.71. Deduzir da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos mencionados, quando comprovadamente tais serviços forem feitos por empregado da Contratada ou qualquer prejuízo;
- 6.72. Manter o pagamento, pontualmente, dos encargos legais, das obrigações trabalhistas, previdenciários, de acidentes de trabalho ou indenizações de qualquer natureza, seguro de vida a seus empregados, rigorosamente em dia.
- 6.73. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Embrapa, bem como atender prontamente às reclamações que lhe forem apresentadas, relacionadas com a execução do Contrato.
- 6.74. Realizar reuniões periódicas de orientação aos empregados.
- 6.75. Manter, durante a execução dos serviços, a área destinada à colocação de equipamentos, máquinas, armários e materiais diversos de limpeza, limpa e arrumada, segundo os padrões de segurança da Embrapa;
- 6.76. Dar integral cumprimento a sua proposta, cumprindo os cronogramas e programações de serviços, a qual passa a integrar este instrumento, independente de transcrição.
- 6.77. Credenciar-se no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Embrapa.
- a) Para fins de assinatura do Contrato, ou instrumento equivalente, e envio de demais documentos referentes ao processo, o fornecedor deverá se cadastrar no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Embrapa.
- b) O cadastramento se dará por meio de acesso ao link “Usuário externo – SEI” na página oficial da Embrapa (https://sistemas.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orqao_acesso_externo=0).
- 6.79. É expressamente vedado à Contratada:
- a) A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da EMBRAPA;
- b) A subcontratação para execução do objeto do contrato;
- c) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da EMBRAPA, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo de comissão, seu cônjuge, companheiro(a) e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. O valor estimado da contratação será determinado conforme quantitativo e descritivo abaixo, levando em consideração salários e benefícios de acordo com a Convenção Coletiva da categoria funcional, os encargos e direitos trabalhistas, funcionários de reposição para cobertura de férias e demais ausências, a previsão de pagamentos de férias, pagamento de 13º salário, licenças e afastamentos, e outras eventualidades; devendo estar incluídos todos os custos de Uniformes, EPIs, materiais e equipamentos; e todos os custos administrativos e financeiros direta e indiretamente relacionados à prestação dos serviços;
- 7.2. O valor estimado será **sigiloso**, fundamentado no art. 34 da Lei 13.303/2016 e no art. 17 § 4º do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (RLCC) nº 037.011.003.001, aprovado pela Resolução 277 de 21/03/2024, publicado no D.O.U. em 22/04/2024 | Edição: 77 | Seção: 1 | Página: 6.
- 7.3. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela Embrapa.
- 7.4. A EMBRAPA não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.5. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou de benefício que não se aplicam a totalidade das categorias profissionais abrangidas pela respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

8. PROPOSTA DE PREÇO

8.1. A licitante deverá apresentar a Proposta de Preço conforme modelo previsto no Anexo VII-C da IN 05/2017 (e **Anexo II** do Edital), contendo todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando:

- a) os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta;
- b) os custos decorrentes da execução contratual, mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços previsto no Anexo VII-D da IN 05/2017 e **Anexo III** do Edital;
- c) a indicação dos sindicatos, Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);
- d) a produtividade adotada e, se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, a respectiva comprovação de exequibilidade;
- e) a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;
- f) a relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. O crédito pelo qual correrá a despesa do Contrato decorrente desta licitação em relação ao exercício anual consta na fonte de recurso 0100 do Tesouro Nacional, alocados na EMBRAPA, unidade gestora 135015, natureza de despesa 339037.

9.2. Os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercícios futuros, serão indicados por meio de apostilamento, notas de empenho mensais ou notas de empenho anuais, conforme o caso.

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O Contrato a ser firmado com a Embrapa Gado de Leite terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 5 (cinco) anos, na forma do artigo 71 da Lei nº 13.303/2016.

10.2. As partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e com as normas internas da Embrapa (RN nº 8, de 17.07.2017 - SEI e DD nº 2, de 05.02.2019 - SAIC).

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FATURAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de protocolo da nota fiscal/fatura a qual deverá ser enviada juntamente com o arquivo XML, após autorização de sua emissão e dos demais documentos comprobatórios exigidos, desde que o valor cobrado seja aceito e atestado pelo fiscal e gestor do contrato.

- **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Rua Eugênio do Nascimento, 610, Dom Bosco, Juiz de Fora-MG. CEP: 36038-330.**

CNPJ: 00.348.003/0013-54. Inscrição Estadual: 367.241.033.01-51. Inscrição Municipal: 078.493.005

- **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Rodovia MG 133, km 42, Zona Rural, Coronel Pacheco-MG. CEP: 36155-000.**

CNPJ: 00.348.003/0143-32. Inscrição Estadual: 672.241.033.03-13. Inscrição Municipal: 76.000001.

11.1.2. A contratada deverá enviar o arquivo XML referente à Nota Fiscal Eletrônica para os endereços de e-mail's: **cnppl.sil@embrapa.br** e **cnppl.contratos@embrapa.br**. Deverá constar no campo "Observações" ou no campo "Dados Adicionais" da Nota Fiscal, a informação de que o arquivo foi enviado por meio eletrônico. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado após verificação do envio e validação do referido arquivo.

11.2. Na ocasião do pagamento a Embrapa procederá à consulta prévia quanto a regularidade fiscal no SICAF (via ON LINE), ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, serão tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3/2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, estando sujeita às penalidades previstas

11.3.A Contratada deve informar à Embrapa o nome do banco, a agência, a localidade e o número da conta corrente em que se efetuará o crédito devido.

11.4. Serão retidos na fonte sobre os pagamentos, conforme o caso, o Imposto sobre a renda da pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição para o PIS/PASEP, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e a Contribuição Previdenciária, na forma da legislação em vigor, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

11.5. Caso a contratada seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006. Para comprovar esta condição, a Contratada deverá apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, enviado à Receita Federal do Brasil comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.6. As pessoas Jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero, devem informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção tributária sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

11.7. As pessoas jurídicas enquadradas como instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/1997 deverão apresentar, a cada pagamento, a declaração constante do Anexo II da Instrução Normativa/RFB nº 1.234/2012 assinado pelo seu representante legal, para fins de não retenção na fonte de IRPJ, PIS/PASEP, COFINS e CSLL.

11.8. As pessoas jurídicas enquadradas como instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis, a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 deverão apresentar, a cada pagamento, a declaração constante do Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, assinada pelo seu representante legal, para fins de não retenção na fonte de IRPJ, PIS/PASEP, COFINS e CSLL.

11.9. As pessoas jurídicas amparadas pela suspensão da exigibilidade do crédito tributário nas hipóteses a que se referem os incisos II, IV e V do artigo 151 da Lei nº 5.172/1996, Código Tributário Nacional, ou por sentença judicial transitada em julgado, determinando a suspensão do pagamento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ou da Contribuição para o PIS/PASEP deverá apresentar, a cada pagamento, a comprovação de que o direito a não retenção continua amparado por medida judicial.

11.10. Não serão aceitas notas fiscais que omitam as indicações necessárias à perfeita identificação da prestação do serviço ou do fornecimento do bem, que não for o legalmente exigido para a respectiva operação, que contiver declarações inexatas, que estiver preenchido de forma ilegível ou apresentar emendas ou rasuras que lhe prejudiquem a clareza, ou ainda, que descumprirem outras disposições contidas na legislação tributária.

11.11. Do pagamento efetuado poderão ser descontadas, compulsoriamente, as multas previstas e as sanções pecuniárias aplicadas, quando for o caso.

11.12. Nos termos do art. 50, II, c), da Instrução Normativa nº 5/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada não produziu os resultados acordados, deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida, ou deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada. Neste caso, a EMBRAPA deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

11.13. Nos casos em que a Contratada apresente os documentos obrigatórios e a Fatura/Nota Fiscal com incorreções, ou nos casos em que a Fatura/Nota Fiscal seja emitida e entregue fora do prazo hábil para recolhimento das retenções, a Embrapa se eximirá de qualquer encargo resultante de atrasos na liquidação do pagamento correspondente.

11.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Embrapa, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração ocorrerá desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Nesse caso, os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês ou de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação de fórmulas, conforme especificado no Contrato.

11.15. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/ Fatura, estes serão devolvidos à contratada para as correções solicitadas, não respondendo a Embrapa por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes.

11.16. A contratada deverá apresentar à Embrapa, antes da emissão da fatura, os documentos e comprovantes descritos no quadro abaixo, sem os quais não se aprovará a emissão da Nota Fiscal e a efetivação do pagamento, sob pena de rescisão do contrato e à aplicação das penalidades cabíveis:

11.17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO MENSAL E COMPROVANTES

1.	Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP (Competência Mês Anterior) com os documentos que a compõem, a saber:
1.1	FGTS: <ul style="list-style-type: none">· Protocolo de Envio de Arquivos emitidos pelo Conectividade Social;· Guia de Recolhimento do FGTS - GRF, gerada e impressa pelo SEFIP após transmissão do arquivo SEFIP e comprovante de pagamento;· Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE;· Relação de Estabelecimentos Centralizados – REC;· Relatório Analítico da GRF ou resumo de Fechamento – Empresa -FGTS· Relação de Tomadores/Obras – RET;· Confissão de não recolhimento de valores de FGTS e de Contribuição Social;· Declaração de ausência de fato gerador para recolhimento FGTS
1.2	Previdência Social: <ul style="list-style-type: none">· Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pelo Conectividade Social;· Comprovante de Declaração à Previdência e a outras entidades e fundos por FPAS;· GPS - Guia de Previdência Social (mês anterior) e comprovante de pagamento;· Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE;· Relação de Estabelecimentos Centralizados – REC;· Relação de Tomadores/Obras – RET;· Comprovante/Protocolo de Solicitação de Exclusão.
2	Folha de pagamento dos Trabalhadores da Empresa que prestam serviços à Embrapa com comprovação do Pagamento dos Salários , adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado, conforme inciso III, art. 60, art. 161 e art. 162, IN MPS/SRP Nº. 3 de 14/07/2005, acompanhada dos recibos de pagamentos dos Salários
3	Comprovante de concessão do auxílio-alimentação, do Vale Transporte e do auxílio-saúde, quando for devido, relativos aos Trabalhadores que prestem serviços na Embrapa.
4	Comprovante da Concessão e Pagamento das Férias aos trabalhadores que prestem serviços na Embrapa.
5	Comprovante de pagamento do 13º salário e respectiva GFIP/SEFIP, GPS e comprovante de pagamento, quando devido.
6	Certidão Negativa de Débitos junto ao:
6.1	INSS
6.2	FGTS
7	Folha de ponto dos funcionários

11.18. O pagamento dos salários dos empregados da contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

11.19. Em caso de impossibilidade de cumprimento do disposto acima, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Embrapa possa verificar a realização do pagamento.

11.20. A Contratada autoriza a Embrapa a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

11.21. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o parágrafo acima pela Embrapa, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Embrapa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: I - advertência; II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.2. A empresa participante estará sujeita à multa, garantido o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses e nos seguintes percentuais:

12.2.1. Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou não mantiver a proposta – multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da sua proposta;

12.2.2. Deixar de entregar documentação exigida – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

12.2.3. Apresentar documentação falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

12.2.4. Comportar-se de modo inidôneo – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

12.2.5. Fizer declaração falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

12.2.6. Cometer fraude fiscal – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta.

12.3. Ocorrendo mais de uma infração, as multas serão cumulativas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

12.4. Além das sanções previstas, a Embrapa poderá aplicar as seguintes penalidades, garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, abaixo discriminadas:

12.4.1. Advertência.

12.4.2. No caso de inexecução parcial do contrato, caberá multa de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da parcela inexecutada do objeto.

12.4.3. No caso de inexecução total do contrato, caberá multa de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado, sem prejuízo das demais sanções deste Edital.

12.5. As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a de outras.

12.6. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa. A critério da Embrapa e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Embrapa.

12.7. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

12.8. As sanções descritas neste Termo de Referência serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

12.9. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR será publicada no sítio eletrônico da **Embrapa**.

12.10. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

12.11. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a **Embrapa**, nos termos da Lei nº 12.846/13, receberá a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

12.11.1. Em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;

12.11.2. Em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e

12.11.3. Em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

12.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à **Embrapa** resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

12.13. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 21 do Decreto nº 8.420/2015.

12.14. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

12.15. As disposições deste item se aplicam quando a empresa se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

13. GARANTIA

13.1. A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, **o comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação**, em conformidade com o disposto no art. 70 da Lei 13.303/2016 e art. 19 da Instrução Normativa SEGES/MPDG N.º 05, de 2017.

13.1.1. O prazo para apresentação do comprovante de prestação da garantia poderá ser prorrogado a critério da Embrapa por igual período, contado da assinatura do contrato.

13.1.2. O valor da garantia será atualizado sempre que houver alteração, reajuste ou revisão do valor do contrato.

13.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

13.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Embrapa a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o item 10.2.4.2 letra "a" do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (037.011.003.001).

13.4. A garantia prestada somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, observada a legislação que rege a matéria.

13.5. A garantia terá validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada ajuste contratual, observando o prazo previsto no item 13.1, e só será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 70 da Lei 13.303/2016.

13.5.1. O prazo de validade da garantia poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

13.6. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

IV - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;

13.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos incisos do item 13.6 acima.

13.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da Embrapa.

13.9. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Embrapa com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar

sanções à contratada.

13.10. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no item 1.2 "c", do Anexo VII-B da INSLTI/MPDG nº 05, de 2017, observada a legislação que rege a matéria.

13.11. Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.

13.12. A garantia será considerada extinta:

I - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Embrapa, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

II - No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.

13.13. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela EMBRAPA com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

13.14. Ocorrendo alteração do valor contratual ou aumento do quantitativo, a garantia será integralizada no percentual de 5% (cinco por cento) do valor acrescido.

14. CUSTOS PARA A MANUTENÇÃO DA CONTA VINCULADA

14.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MPDG N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 são as estabelecidas no presente Edital.

14.2. A CONTRATADA deve autorizar a EMBRAPA, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

14.4. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela EMBRAPA em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do Anexo VII-B da referida norma.

14.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

a) 13º (décimo terceiro) salário;

b) Férias e um terço constitucional de férias;

c) Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

d) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

e) Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, com a devida adequação referente a Lei 13.392, de 11 de dezembro de 2019.

14.6. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

14.7. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

14.8. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

14.9. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização A EMBRAPA para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

14.10. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

14.11. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

14.12. A CONTRATADA deverá apresentar à EMBRAPA, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

14.13. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

15. FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

15.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por único servidor ou por equipe designada pela Embrapa através de ordem de serviço.

15.3. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais a Embrapa exigirá da Contratada as seguintes comprovações:

I - No primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da

inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada; e

c) Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços.

II - Entrega, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;

c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

III - Entrega, quando solicitado pela Embrapa, de quaisquer dos seguintes documentos:

a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Embrapa;

b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a EMBRAPA;

c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamentos e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

IV - Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido na Cláusula Quarta do contrato:

a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

15.3.1. Caso a CONTRATADA decida por manter os empregados após o final do contrato, deverá enviar para a EMBRAPA declaração por escrito informando sobre a manutenção dos mesmos como empregados, informando o novo posto onde os mesmos serão realocados.

15.4. Tanto no primeiro mês da prestação de serviços, como quando houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.3. - I deverão ser apresentados para a EMBRAPA (poderão ser encaminhados via e-mail ou entregues cópia simples);

15.5. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

15.6. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

15.7. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de multas e demais sanções.

15.8. A EMBRAPA poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

15.9. A fiscalização administrativa deverá acompanhar mensalmente a regularidade de pagamento de salários, benefício e obrigações trabalhistas e previdenciárias de todos os empregados terceirizados indicados pela Contratada. Verificando a compatibilidade entre a função exercida, salários, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

a) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no momento da contratação;

b) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

c) Serão consultadas atualizações e eventuais obrigações adicionais constantes na CCT;

15.9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral da EMBRAPA, conforme disposto nos arts. 82 a 84 Lei nº 13.303, de 2016.

15.9.2. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a EMBRAPA comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada, aplicando as demais penalidades previstas.

15.9.3. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a EMBRAPA poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

15.9.4. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela EMBRAPA para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

15.9.5. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a EMBRAPA e os empregados da CONTRATADA.

15.9.6. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

15.9.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da EMBRAPA ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.

15.10. Mensalmente por ocasião do pagamento será feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

15.10. Durante a vigência do contrato a Embrapa fará a avaliação continuada da prestação dos serviços conforme estabelecido na IN 5/2017 para parametrizar o Acordo de Níveis de Serviços, e em decorrência deste, os ajustes dos níveis de pagamento, a aplicação de multas, sanções e a própria manutenção contratual.

15.11. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no **Anexo I-A (Instrumento de Medição de Resultados – IMR)**.

15.1.1. A EMBRAPA utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme Instrumento de Medição de Resultado (IMR), em consonância com as diretrizes da IN/MPOG 05/2017, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA.

15.1.2. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR ser interpretadas como penalidades ou multas.

15.1.3. O valor pago mensalmente será ajustado ao resultado da avaliação do serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado, anexo indissociável do contrato.

15.2. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato, com base em pontuações atribuídas a cada item conforme especificações constantes no Anexo I deste Termo e do Edital, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados.

15.3. A pontuação máxima será de 100 (cem) pontos.

15.4. Os serviços serão considerados insatisfatórios se a empresa não atingir 40 (quarenta) pontos.

15.5. O não atendimento das metas, por ínfima diferença poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

15.6. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela EMBRAPA, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA.

15.7. A critério da EMBRAPA, a CONTRATADA poderá ser penalizada com a rescisão contratual nas seguintes condições:

15.7.1. Em caso de reincidência de falhas penalizadas com o desconto de 10% (dez por cento) por mais de 3 (três) vezes durante a vigência do contrato a cada prorrogação, se houver;

15.7.2. Faixa de pontuação obtida abaixo de 25 (vinte e cinco) pontos;

15.7.3. A pontuação for inferior a 40 (quarenta) pontos por 3 (três) meses consecutivos.

16. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. A contratada deverá cumprir a destinação adequada dos resíduos sólidos conforme o estabelecido no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Embrapa Gado de Leite.

16.2. Serão inseridas como obrigações da contratada as seguintes disposições que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto:

16.3. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia, especialmente elétrica, e água;
- d) Realizar lavagem com água de outras fontes, sempre que possível (águas da chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- e) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

16.4. Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

- a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, e redução de produção de resíduos sólidos observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- g) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- h) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

16.5. E ainda, cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 (Sustentabilidade); na Lei nº 12.305 de 05/08/2010 (resíduos sólidos); na Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 (óleo lubrificante); na IN IBAMA nº 01, de 18/03/2010 (pneus); na Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009 (pneus); na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, alterada pela Resolução 424, de 22/04/2010 (pilha); no Decreto nº 2783, de 17/09/1998 (substâncias que destroem a camada de ozônio) e na Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2020 (substâncias que destroem a camada de ozônio). O detalhamento dos critérios de sustentabilidade será feito no Termo de Referência em consonância com o Comitê Local de Sustentabilidade da Embrapa Gado de Leite.

17. VISTORIA PRÉVIA

17.1. As licitantes poderão, FACULTATIVAMENTE, realizar vistoria prévia, arcando com o ônus de tal operação ou assumindo o risco de uma avaliação menos acurada, caso decida não realizá-la.

17.2. A licitante que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Embrapa para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

17.3. A vistoria deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 horas (vinte e quatro horas), conforme abaixo:

17.3.1. Envio de e-mail para os endereços: cnpgl.sil@embrapa.br e cnpgl.compras@embrapa.br.

17.4. Não serão realizadas vistorias no dia da sessão de abertura do Pregão.

18. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES CONSTITUÍDAS COMO COOPERATIVA

18.1. Não poderão participar licitantes constituídas como Cooperativa, tendo em vista as disposições contidas no art. 10 da IN nº 05/2017/SEGES/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União Federal (Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0) e a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União - TCU.

19. DEMAIS INFORMAÇÕES

19.1. O(s) contrato(s) advindo(s) a partir deste Termo de Referência somente poderão ser alterados nas condições estabelecidas neste próprio Termo, em comum acordo entre as partes, de acordo com a legislação vigente, vedando-se ajuste que resulte em alterações das condições da prestação dos serviços que impactem as características originais do objeto e demais alterações que impliquem na obrigação de licitar.

19.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativos do objeto contratado, observadas as mesmas condições contratuais e havendo acordo formal entre as partes, os contratos poderão ser alterados em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

a) Em havendo alteração do contrato que aumente ou reduza os encargos do contratado, a Embrapa deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

19.4. Aplicam-se às licitações e contratos regidos por este Termo, as normas de direito penal contidas na Lei nº 13.303/2016.

19.5. A aplicação das normas de direito penal mencionadas não afasta a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846/2013.

19.6. A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas neste Termo ou na legislação incidente, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.

19.7. Os contratos, ou instrumentos equivalentes, firmados pela Embrapa regulam-se pelo Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (037.011.003.001), pelos preceitos do direito privado, pela Lei nº 13.243/2016 e pela Lei 13.303/2016, e vinculam-se, para todos os efeitos, à proposta da Contratada.

19.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

19.9. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil da localidade da Unidade da Embrapa responsável pela contratação.

20. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Valéria Dutra Aperibense de Souza

Supervisora SIL
Embrapa Gado de Leite

Priscila César Vinheiros Martins

Analista SIL
Embrapa Gado de Leite

Wiuley Batista Solino Azevedo

Supervisor Administrativos CEJHB
Embrapa Gado de Leite

Jorge Habib Halack

Analista CEJHB
Embrapa Gado de Leite

21. DA APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

A contratação pretendida está motivada com base nas justificativas, necessidades e condições apresentadas neste Termo. Portanto, com base nas razões técnicas e argumentos apresentados, considerando que este documento orientador foi elaborado de forma conveniente e oportuna para atender demanda desta Unidade e que os objetivos pretendidos estão claros, aprovo o presente Termo de Referência.

22. LOCAL E DATA

Juiz de Fora - MG, 11 de maio de 2026.

Adriana Carla Sanches Façanha

Chefe Adjunto de Administração
Embrapa Gado de Leite

ANEXO I - A**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)****(ANEXO V-B DA IN 05/2017)****1. DA DEFINIÇÃO**

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este anexo é parte indissociável do Contrato Embrapa nº _____, firmado a partir do Edital de Pregão Eletrônico nº _____/2026 - Embrapa Gado de Leite e seus demais anexos.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de cinco indicadores de qualidade: uso dos EPI's e uniformes, tempo de resposta às solicitações da EMBRAPA, atraso no pagamento de salários e outros benefícios, falta de materiais previstos em contrato e qualidade dos serviços prestados.

2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 – USO DE EPI'S E UNIFORMES

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento as exigências específicas relacionadas a segurança do trabalho, fornecimento e uso de EPI's, uniformes e crachás de identificação.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato, através de registro
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrência registrada no mês de referência (pessoa/dia)
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Zero ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos 5 ou mais ocorrências = 0 (zero) pontos.
Sanções	Vide Sanções Administrativas
Observações	

INDICADOR 2 – TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA EMBRAPA

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento as exigências específicas relacionadas a obrigações da contratada estipulada pelo contrato e seus anexos.
Meta a cumprir	Até dia útil posterior à solicitação
Instrumento de medição	Constatação formal da resposta e da providência
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato através de registros
Periodicidade	Por evento/solicitação à EMBRAPA
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com o tempo de resposta superior à meta
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atraso = 10 pontos 1 resposta com atraso = 8 pontos 2 respostas com atraso = 6 pontos 3 respostas com atraso = 4 pontos 4 respostas com atraso = 2 pontos 5 ou mais respostas com atraso = 0 (zero) pontos.
Sanções	Vide Sanções Administrativas
Observações	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto a resolução das demandas levantadas pela EMBRAPA o mais breve possível, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo.

INDICADOR 3 – ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E OUTROS BENEFÍCIOS

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos de pagamento de salários ou outras obrigações trabalhistas
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato através de verificação de datas de pagamento
Periodicidade	Mensal, nos termos do Art. 459, parágrafo 1º, do Decreto-Lei 545/43, ou data base fornecida por convenção coletiva da categoria.
Mecanismo de cálculo	Verificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Zero ocorrências = 35 pontos 1 ou mais ocorrências = 0 (zero) pontos.
Sanções	Vide Sanções Administrativas
Observações	Atendendo ao dispositivo do Art. 459, parágrafo 1º da CLT

INDICADOR 4 – FALTA DE MATERIAIS PREVISTOS EM CONTRATO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de fornecimento e abastecimento dos materiais estimados necessários a execução o contrato
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de Acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato através de acompanhamento local
Periodicidade	Por evento/constatação
Mecanismo de cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Zero ocorrências = 20 pontos 1 ou mais ocorrências = 0 (zero) pontos.
Sanções	Vide Sanções Administrativas
Observações	

INDICADOR 5 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço
Meta a cumprir	Serviço efetuado com grande qualidade e de acordo com os termos de contratação.
Instrumento de medição	Preenchimento de formulário de qualidade de serviço
Forma de Acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato através de registro
Periodicidade	Diário com relatório mensal
Mecanismo de cálculo	Descrita na Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços prestados
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	De 0(zero) à 25 pontos conforme resultados da pesquisa
Sanções	Vide Sanções Administrativas
Observações	Quesitos avaliados na pesquisa encontra-se no formulário abaixo

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Empresa Contratada:		
Gestor/Responsável:		
Mês de Referência:		
Legenda do Grau de Satisfação:		
O = Ótimo B=Bom R=Regular I=Insatisfatório N=Não se aplica/Não sei responder		
Descrição	Serviços/Procedimentos/Especificações	Grau de Satisfação
Banheiros	Limpeza do chão, vasos, pias, paredes e teto – sem a presença de sujidades	
	Recolhimento do lixo – esvaziado antes de ultrapassar o limite de 75% do cesto de lixo.	
	Abastecimento de Consumíveis (Papel, sabonete e outros) – manutenção do mínimo de 50% de cada material abastecido	
Corredores	Limpeza dos pisos e paredes – sem a presença de sujidades	
Rampas e escadas	Limpeza dos pisos, paredes e corrimãos – sem a presença de sujidades	
Área externa	Retirada de folhas e outras sujidades – área organizada e sem objetos de limpeza espalhados	
Salas Administrativas, de reuniões, Laboratórios, Almojarifado e outras	Limpeza dos pisos – sem a presença de sujidades	
	Limpeza dos móveis – sem a presença de sujidades	
	Recolhimento do lixo – esvaziado antes de ultrapassar o limite de 75% do cesto de lixo.	
Limpezas gerais descritas no edital		
Observações:		

A – Número de quesitos pontuados por grau de satisfação	O	B	R	I	N
B – Total de quesitos avaliados					
C – Índice de Avaliação, por quesito (*)	O	B	R	I	N
(*) Dividir o número correspondente a cada grau de satisfação (O, B, R, I), pelo total de quesitos avaliados (A/B)					
D – Pontuação Total (**)					
(**) Somatório dos índices de avaliação (item C) para os graus de satisfação (Ótimo e Bom), multiplicados pela pontuação limite 25. [(O+B)x25]					

1. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

1.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

1.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final o intervalo de 0 a 100 pontos, correspondentes à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço = Pontos “Indicador 1” + Pontos “Indicador 2” + Pontos “Indicador 3” + Pontos “Indicador 4” + Pontos “Indicador 5”

Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixa de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto mais multa	0,90 + Avaliar necessidade de aplicação de multa contratual

Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]

A avaliação abaixo de 40 pontos por três vezes ensejarão a rescisão de contrato.

CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

Indicador	Critério (Faixa de Pontuação)	Pontos	Avaliação
1 – Uso dos EPI's e uniformes	0 (zero) ocorrências	10	
	1 ocorrência	8	
	2 ocorrências	6	
	3 ocorrências	4	
	4 ocorrências	2	
	5 ocorrências ou mais	0	
2 – Tempo de respostas às solicitações da EMBRAPA	0 (zero) com atraso	10	
	1 resposta com atraso	8	
	2 respostas com atraso	6	
	3 respostas com atraso	4	
	4 respostas com atraso	2	
	5 respostas com atraso ou mais	0	
3 – Atraso no pagamento de salários e benefícios	0 (zero) ocorrências	35	
	Uma ou mais ocorrências	0	
4 – Falta de materiais previstos em contrato	0 (zero) ocorrências	20	
	Uma ou mais ocorrências	0	
5 – Qualidade dos serviços prestados	Conforme resultado da avaliação	0 – 25	
Pontuação Total do Serviço			

ANEXO I - B

ESPECIFICAÇÕES, LOCAIS, MATERIAIS DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E UNIFORMES

RELAÇÃO DE DEMANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO							
Sede Embrapa Gado de Leite - Juiz de Fora - MG							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ÁREA FÍSICA (m²)	PERIODICIDADE	PERIODICIDADE (EM DIAS)	COEFICIENTE DE FREQUÊNCIA (Frequência dividida pela periodicidade)	ÁREA CORRIGIDA (coeficiente de frequência x Área Física)	FREQUÊNCIA
ÁREA INTERNA E EXTERNA:							
PRÉDIO ADMINISTRAÇÃO	a) SALAS	1.920,77	SEMANAL	7	0,286	548,79	2
PRÉDIO ADMINISTRAÇÃO	b) BANHEIROS	122,67	DIÁRIA	1	2,000	245,34	2
PRÉDIO ADMINISTRAÇÃO	c) CORREDORES, ESCADAS E ÁREAS COMUNS	909,63	SEMANAL	7	0,286	259,89	2
PRÉDIO ADMINISTRAÇÃO	d) AUDITÓRIO	202,92	SEMANAL	7	0,143	28,99	1
PRÉDIO ADMINISTRAÇÃO	e) BIBLIOTECA	305,97	MENSAL	30	0,033	10,20	1
PRÉDIO ADMINISTRAÇÃO (*)	f) JARDINS INTERNOS	138,68	SEMANAL	7	0,143	19,81	1
PRÉDIO ADMINISTRAÇÃO	g) TERCEIRO PISO (DEPÓSITO)	1.623,28	SEMESTRAL	180	0,006	9,02	1
PRÉDIO ADMINISTRAÇÃO (*)	h) JARDINEIRAS EXTERNAS (1º E 2º PISOS)	64	SEMANAL	7	0,143	9,14	1
CASA DE APOIO / LABORATÓRIO DE NANOTECNOLOGIA	a) SALAS	203,44	SEMANAL	7	0,286	58,13	2
CASA DE APOIO / LABORATÓRIO DE NANOTECNOLOGIA	b) BANHEIROS	6,72	DIÁRIA	1	1,000	6,72	1
CASA DE APOIO / LABORATÓRIO DE NANOTECNOLOGIA	b) BANHEIROS	21,51	SEMANAL	7	0,143	3,07	1
GESTÃO DE PESSOAS	a) SALAS	118,9	SEMANAL	7	0,286	33,97	2

RELAÇÃO DE DEMANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

GESTÃO DE PESSOAS	b) BANHEIROS	5,69	DIÁRIA	1	1,000	5,69	1
GESTÃO DE PESSOAS	c) CORREDORES, ESCADAS E ÁREAS COMUNS	71,5	SEMANAL	7	0,286	20,43	2
SIL / ALMOXARIFADO	a) SALAS	97,34	SEMANAL	7	0,429	41,72	3
SIL / ALMOXARIFADO	b) BANHEIROS	31,77	DIÁRIA	1	2,000	63,54	2
SIL / ALMOXARIFADO	c) CORREDORES, ESCADAS E ÁREAS COMUNS	72,15	SEMANAL	7	0,286	20,61	2
SIL / ALMOXARIFADO	d) GARAGEM	233,42	MENSAL	30	0,067	15,56	2
SIL / ALMOXARIFADO	e) OFICINA ELETRO-ELETRÔNICA	47,96	SEMANAL	7	0,286	13,70	2
SIL / ALMOXARIFADO	f) ALMOXARIFADO	65,14	SEMANAL	7	0,429	27,92	3
GERELAB	a) LABORATÓRIO	20	MENSAL	30	0,067	1,33	2
GERELAB	b) DEPÓSITO	12	MENSAL	30	0,067	0,80	2
VITRINE TECNOLOGIAS	a) VITRINE	179,27	MENSAL	30	0,033	5,98	1
CENTRO DE CONVIVÊNCIA	a) SALÃO REFEITÓRIO	208,09	MENSAL	30	0,033	6,94	1
CENTRO DE CONVIVÊNCIA	b) COZINHA COMUM	4,49	DIÁRIA	1	1,000	4,49	1
CENTRO DE CONVIVÊNCIA	d) BANHEIROS E LAVABOS	27,44	DIÁRIA	1	1,000	27,44	1
CENTRO DE CONVIVÊNCIA (*)	e) ÁREA SERVIÇO EXTERNA	15,75	MENSAL	30	0,033	0,53	1
GUARITA	a) SALA	19,01	SEMANAL	7	0,286	5,43	2
GUARITA	b) BANHEIRO / VESTIÁRIO	5,52	SEMANAL	7	0,143	0,79	1
DEPOSITO DE LIXO RECICLÁVEL (*)	b) ÁREA LIXEIRAS	38,25	DIÁRIA	1	1,000	38,25	1
CASAS VEGETAÇÃO. Dimensões: 6,50mx18m. Área de 117m², com 6 metros de altura (*)	a) CV 1	117	QUADRIMESTRAL	120	0,017	1,95	2
CASAS VEGETAÇÃO. Dimensões: 12,90 x 18m. Área de 232,2m², com 6 metros de altura (*)	b) CV 2	232,2	QUADRIMESTRAL	120	0,017	3,87	2
CASAS VEGETAÇÃO. Dimensões: 27mx14m. Área de 420m², com 5 metros de altura (*)	c) CV 3	420	QUADRIMESTRAL	120	0,017	7,00	2
TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	a) SALAS	439,76	SEMANAL	7	0,286	125,65	2
TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	b) BANHEIROS	30,85	DIÁRIA	1	2,000	61,70	2
TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	c) CORREDORES, ESCADAS E ÁREAS COMUNS	105,28	SEMANAL	7	0,286	30,08	2
TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	a) SALAS	439,76	SEMANAL	7	0,286	125,65	2
TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	b) BANHEIROS	30,85	DIÁRIA	1	2,000	61,70	2
TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	c) CORREDORES, ESCADAS E ÁREAS COMUNS	105,28	SEMANAL	7	0,286	30,08	2
PASSARELA LIGAÇÃO ADMINISTRAÇÃO / LABORATÓRIO	a) PASSARELA (1º e 2º)	165,6	SEMANAL	7	0,286	47,31	2
LABORATÓRIO	a) SALAS	1.982,97	SEMANAL	7	0,286	566,56	2
LABORATÓRIO	b) BANHEIROS	122,67	DIÁRIA	1	2,000	245,34	2
LABORATÓRIO	c) CORREDORES, ESCADAS E ÁREAS COMUNS	1.205,18	SEMANAL	7	0,286	344,34	2
LABORATÓRIO	d) DEPÓSITOS	111,82	SEMANAL	7	0,286	31,95	2
ÁREA EXTERNA (*)	CALÇADAS	2.450,00	QUADRIMESTRAL	120	0,033	81,67	4
ÁREA EXTERNA (*)	ESTACIONAMENTOS	4.500,00	QUADRIMESTRAL	120	0,033	150,00	4
ÁREA EXTERNA (*)	RUAS	4.700,00	QUADRIMESTRAL	120	0,033	156,67	4
ÁREA EXTERNA (*)	JARDINS	6.700,00	QUADRIMESTRAL	120	0,033	223,33	4
ESQUADRIAS:							
PRÉDIO ADMINISTRAÇÃO (1º ANDAR)	a) vidro e metal	1.621,95	QUADRIMESTRAL	120	0,017	27,03	2

RELAÇÃO DE DEMANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO							
PRÉDIO ADMINISTRAÇÃO (2º ANDAR)	b) vidro e metal	540,65	QUADRIMESTRAL	120	0,017	9,01	2
PRÉDIO ADMINISTRAÇÃO	c) madeira	393,12	QUADRIMESTRAL	120	0,008	3,28	1
PRÉDIO ADMINISTRAÇÃO	d) metal	17,64	QUADRIMESTRAL	120	0,008	0,15	1
CASA DE APOIO / LABORATÓRIO DE NANOTECNOLOGIA	a) vidro e metal	108,24	QUADRIMESTRAL	120	0,017	1,80	2
CASA DE APOIO / LABORATÓRIO DE NANOTECNOLOGIA	b) madeira	12,6	QUADRIMESTRAL	120	0,008	0,11	1
CASA DE APOIO / LABORATÓRIO DE NANOTECNOLOGIA	c) metal	105,84	QUADRIMESTRAL	120	0,008	0,88	1
GESTÃO DE PESSOAS	a) vidro e metal	62,91	QUADRIMESTRAL	120	0,017	1,05	2
GESTÃO DE PESSOAS	b) madeira	19,74	QUADRIMESTRAL	120	0,008	0,16	1
GESTÃO DE PESSOAS	c) metal	25,2	QUADRIMESTRAL	120	0,008	0,21	1
GARAGEM/ALMOXARIFADO	a) vidro e metal	47,32	QUADRIMESTRAL	120	0,017	0,79	2
GARAGEM/ALMOXARIFADO	b) madeira	65,1	QUADRIMESTRAL	120	0,008	0,54	1
GARAGEM/ALMOXARIFADO	c) metal	58,2	QUADRIMESTRAL	120	0,008	0,49	1
GARAGEM/ALMOXARIFADO	d) pvc	165	QUADRIMESTRAL	120	0,008	1,38	1
GERELAB	a) vidro e metal	6	QUADRIMESTRAL	120	0,017	0,10	2
GERELAB	b) metal	9,24	QUADRIMESTRAL	120	0,008	0,08	1
CENTRO DE CONVIVÊNCIA	a) vidro e metal	156,52	QUADRIMESTRAL	120	0,017	2,61	2
CENTRO DE CONVIVÊNCIA	b) madeira	27,04	QUADRIMESTRAL	120	0,008	0,23	1
CENTRO DE CONVIVÊNCIA	c) metal	13,44	QUADRIMESTRAL	120	0,008	0,11	1
GUARITA	a) vidro e metal	57,76	QUADRIMESTRAL	120	0,017	0,96	2
GUARITA	b) madeira	2,94	QUADRIMESTRAL	120	0,008	0,02	1
TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	a) vidro e metal	154,59	QUADRIMESTRAL	120	0,017	2,58	2
TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	b) madeira	48,72	QUADRIMESTRAL	120	0,017	0,81	2
TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	c) metal	19,72	QUADRIMESTRAL	120	0,008	0,16	1
TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	a) vidro e metal	154,59	QUADRIMESTRAL	120	0,017	2,58	2
TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	b) madeira	48,72	QUADRIMESTRAL	120	0,017	0,81	2
TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	c) metal	19,72	QUADRIMESTRAL	120	0,008	0,16	1
LABORATÓRIO (1º ANDAR)	a) vidro e metal	1.458,36	QUADRIMESTRAL	120	0,017	24,31	2
LABORATÓRIO (2º ANDAR)	b) vidro e metal	486,12	QUADRIMESTRAL	120	0,017	8,10	2
LABORATÓRIO	c) madeira	292,32	QUADRIMESTRAL	120	0,008	2,44	1
(*) LABORATÓRIO COM ADICIONAL DE INSALUBRIDADE (GRAU MÉDIO)		ÁREA FÍSICA INTERNA (D)		11.276,62	ÁREA CORRIGIDA INTERNA (G)		3.136,84
		ÁREA FÍSICA EXTERNA (D)		19.375,88	ÁREA CORRIGIDA EXTERNA (G)		692,22
		ESQUADRIAS		6.199,31	ESQUADRIAS		92,93

**RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E UNIFORME
SEDE - JUIZ DE FORA - MG**

ESPECIFICAÇÕES EQUIPAMENTOS	QUANT
ROÇADEIRA COSTAL	1
BALDE COM ESPREMEDOR - CARRINHO DOBLÔ FLEX 50 L. MARCA DE REFERÊNCIA BRALIMPIA	4

ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA 127 VOLTS. MARCA DE REFERÊNCIA ELETROLUX A10N1	1
---	---

ESPECIFICAÇÕES MATERIAIS DE CONSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL
PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA DUPLA	CAIXA 8 ROLO	10	120
PAPEL TOALHA BRANCO BOBINA 6 X 200.	FARDO COM 6 PACOTES 1000 FOLHAS	12	144
SACO DE LIXO PRETO 100 LITROS COMUM, PACOTE COM 100U	PCT	4	48
SACO DE LIXO PRETO 60 LITROS COMUM, PACOTE COM 100U	PCT	2	24
SACO DE LIXO PRETO 40 LITROS COMUM, PACOTE COM 100U	PCT	2	24
SACO DE LIXO PRETO 200 LITROS COMUM, PACOTE COM 100U	PCT	1	12
PANO DE CHÃO ALVEJADO 40 X 64	U	18	216
FLANELA DE ALGODÃO	U	20	240
ÁLCOOL PARA LIMPEZA 46°	LITRO	12	144
TELA FILTRANTE PARA MICTÓRIO	U	10	120
DETERGENTE NEUTRO, 500ML, MARCA DE REFERÊNCIA YPÊ	FRASCO 500 ML	15	180
ÁGUA SANITÁRIA, GALÃO 5 LITROS	GALÃO	5	60
COLOR LÍQUIDO, GALÃO 5 LITROS	GALÃO	4	48
DESINFETANTE CONCENTRADO DE EUCALIPTO, GALÃO 5 LITROS	GALÃO DE 5 LITROS	2	24
ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE MULTIUSO, PCT COM 4 UNIDADES	PCT	3	36
CERA LÍQUIDA PARA ARDÓSIA, COR VERDE, GALÃO DE 5 LITROS, ANTIDERRAPANTE	GALÃO	4	48
DESENGORDURANTE. MARCA DE REFERÊNCIA: VEJA MULTIUSO	FRASCO 500 ML	24	288
SABONETE LÍQUIDO PEROLIZADO	GALÃO DE 5 LITROS	4	48
ESPONJA DE AÇO, FARDO COM 14 PACOTES COM 8 UNIDADES. MARCA DE REFERÊNCIA: BOMBRIL	FARDO	1	12
VASELINA LÍQUIDA, FRASCO COM 1 LITROS	FR	1	12

ESPECIFICAÇÕES UTENSÍLIOS	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL
BALDE DE 20 LITROS	UNIDADE	15
VASSOURA DE PIAÇAÇA	UNIDADE	36
MOP FLAT CHENILE	UNIDADE	12
ESPANADOR DE PÓ	UNIDADE	12
RODO	UNIDADE	36
PÁ PARA LIXO PEQUENA C/ CABO LONGADO	UNIDADE	12
LUVA LÁTEX ANTIDERRAPANTE	PAR	150
FIO DE NYLON PARA ROÇADEIRA	UNIDADE	4
LÂMINA PARA ROÇADEIRA	UNIDADE	12
GASOLINA TIPO "C" COMUM PARA ROÇADEIRA	L	180
ÓLEO "2 TEMPOS" PARA ROÇADEIRA	FR 500 ML	24

ESPECIFICAÇÕES UNIFORMES	QTDE ANUAL	UNIDADE
CALÇA COMPRIDA - EM TECIDO 100% ALGODÃO OU MALHA, COM 4 BOLSOS, ELÁSTICO E CORDÃO, OU ZÍPER, COM EMBLEMA DA EMPRESA	20	UNIDADE
AGASALHO PARA FRIO, MANGA COMPRIDA, COM LOGOTIPO PADRÃO DA EMPRESA	5	UNIDADE
CAMISA/BLUSA - EM TECIDO 100% ALGODÃO OU MALHA FRIA, MANGA CURTA	20	UNIDADE
MEIA EM ALGODÃO, TIPO SOQUETE.	20	PAR
CALÇADO (TIPO TÊNIS, BOTA, ETC.), SOLADO BAIXO, COM PALMILHA ANTIBACTERIANA	10	PAR
BOTA EMBORRACHADA, TIPO SETE LÉGUAS.	5	PAR

RELAÇÃO DE DEMANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO									
Campo Experimental José Henrique Bruschi - Coronel Pacheco (MG)									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ÁREA FÍSICA (m²)	PERIODICIDADE	COEFICIENTE DE FREQUÊNCIA (Frequência dividida pela periodicidade)	ÁREA CORRIGIDA (coeficiente de frequência x Área Física)	FREQUÊNCIA	PRODUTIVIDADE (IN 5)	Nº SERVENTES (Área corrigida por Produtividade)	PRODUTIV MÉDIA
	a) Escritório (s), salas diversas, copa - 1º piso	381,50	Semanal (5 dias)	0,6	228,90	3	1000	0,2289	0,001

1. Administração									
	a) Escritório (s), salas diversas, copa - 2º piso	381,50	Mensal (22 dias)	0,090909091	34,68	2	1000	0,0347	0,001
	b) Banheiro (s)/ Vestiário (s)	35,00	Diaria (1)	1	35,00	1	250	0,1400	0,004
2. NUTTEC	c) Corredor / Hall entrada	120,00	Semanal (5 dias)	0,4	48,00	2	1250	0,0384	0,000
	a) Escritório (s), salas diversas, copa	413,00	Semanal (5 dias)	0,6	247,80	3	1000	0,2478	0,001
	b) Banheiro (s)/ Vestiário (s)	46,00	Diaria (1)	1	46,00	1	250	0,1840	0,004
3. Almoarifado	c) Corredor (es)	196,00	Diaria (1)	1	196,00	1	1250	0,1568	0,000
	a) Escritório (s), salas diversas, copa	27,00	Semanal (5 dias)	0,2	5,40	1	1000	0,0054	0,001
	b) Banheiro (s)/ Vestiário (s)	4,00	Semanal (5 dias)	0,2	0,80	1	250	0,0032	0,004
4. Pastagem	c) Depósito Almoarifado	176,00	Semanal (5 dias)	0,2	35,20	1	2000	0,0176	0,000
	a) Escritório (s), salas diversas, copa	206,00	Semanal (5 dias)	0,4	82,40	2	1000	0,0824	0,001
	b) Banheiro (s)/ Vestiário (s)	20,00	Diaria (1)	1	20,00	1	250	0,0800	0,004
5. Garagem - Escritório, manutenção, copa, vestiário, corredor e garagem	c) Corredor (es)	77,00	Diaria (1)	1	77,00	1	1250	0,0616	0,000
	a) Escritório (s), salas diversas, copa	51,00	Semanal (5 dias)	0,4	20,40	2	1000	0,0204	0,001
	b) Banheiro (s)/ Vestiário (s)	50,00	Diaria (1)	1	50,00	1	250	0,2000	0,004
6. Vestiário da Equipe de Campo	c) Corredor - Local do ponto e café da manhã	70,00	Diaria (1)	1	70,00	1	1250	0,0560	0,000
	d) Garagem	240,00	Mensal (22 dias)	0,090909091	21,82	2	1500	0,0145	0,000666
	a) Escritório (s), salas diversas, copa	29,11	Diaria (1)	1	29,11	1	1000	0,0291	0,001
7. Fábrica de ração	b) Banheiro (s)/ Vestiário (s)	48,89	Diaria (1)	1	48,89	1	250	0,1956	0,004
	a) Escritório (s), salas diversas, copa	36,08	Mensal (22 dias)	0,045454545	1,64	1	1000	0,0016	0,001
	a) Escritório (s), salas diversas, copa	76,94	Semanal (5 dias)	0,2	15,39	1	1000	0,0154	0,001
8. Gado Puro	b) Banheiro (s)/ Vestiário (s)	7,44	Semanal (5 dias)	0,2	1,49	1	250	0,0060	0,004
	c) Varanda	17,90	Semanal (5 dias)	0,2	3,58	1	1500	0,0024	0,000666
	a) Escritório (s), salas diversas, copa	39,00	Semanal (5 dias)	0,4	15,60	2	1000	0,0156	0,001
9. Laboratório de Sanidade	b) Banheiro (s)/ Vestiário (s)	6,00	Semanal (5 dias)	0,4	2,40	2	250	0,0096	0,004
	c) Corredor/Sala de Reunião	12,00	Semanal (5 dias)	0,4	4,80	2	1250	0,0038	0,000
	d) Laboratório (s)	75,00	Semanal (5 dias)	0,2	15,00	1	405	0,0370	0,002469
10. Complexo Multiusuário - Recepção	a) Escritório (s), salas diversas, copa	141,00	Semanal (5 dias)	0,2	28,20	1	1000	0,0282	0,001
	b) Banheiro (s)/ Vestiário (s)	43,00	Semanal (5 dias)	0,2	8,60	1	250	0,0344	0,004
	c) Corredor/Recepção	23,00	Semanal (5 dias)	0,2	4,60	1	1250	0,0037	0,000
10.1 Complexo Multiusuário- Casa de Apoio	a) Escritório (s), salas diversas, copa	44,00	Diaria (1)	1	44,00	1	1000	0,0440	0,001
	b) Banheiro (s)/ Vestiário (s)	15,00	Diaria (1)	1	15,00	1	250	0,0600	0,004
	c) Corredor/Varanda	34,00	Diaria (1)	1	34,00	1	1250	0,0272	0,000
	d) Sala estufa, freezer e depósito	98,00	Semanal (5 dias)	0,2	19,60	1	405	0,0484	0,002469

10.2. Complexo Multiusuário - Respirometria	a) Escritório (s), salas diversas, copa	24,00	Semanal (5 dias)	0,2	4,80	1	1000	0,0048	0,001
10.3 Complexo Multiusuário - Digestibilidade	a) Escritório (s), salas diversas, copa	32,00	Semanal (5 dias)	0,4	12,80	2	1000	0,0128	0,001
	b) Banheiro (s) / Vestiário (s)	9,00	Diária (1)	1	9,00	1	250	0,0360	0,004
	c) Corredor (es)	8,00	Semanal (5 dias)	0,2	1,60	1	1250	0,0013	0,000
	d) Laboratório (s)	71,00	Semanal (5 dias)	0,2	14,20	1	405	0,0351	0,002469
10.4. Complexo Multiusuário - Ordenha	a) Escritório (s), salas diversas, copa	11,00	Semanal (5 dias)	0,2	2,20	1	1000	0,0022	0,001
	b) Banheiro (s) / Vestiário (s)	5,00	Semanal (5 dias)	0,2	1,00	1	250	0,0040	0,004
10.5 Complexo Multiusuário - Preparo Amostra	a) Escritório (s), salas diversas, copa	94,00	Semanal (5 dias)	0,2	18,80	1	1000	0,0188	0,001
	b) Banheiro (s) / Vestiário (s)	3,00	Semanal (5 dias)	0,2	0,60	1	250	0,0024	0,004
	c) Corredor (es)	17,00	Semanal (5 dias)	0,2	3,40	1	1250	0,0027	0,000
10.6. Complexo Multiusuário - Vestiário	b) Banheiro (s) / Vestiário (s)	88,00	Diária (1)	1	88,00	1	250	0,3520	0,004
	c) Corredor/Hall	8,00	Diária (1)	1	8,00	1	1250	0,0064	0,000
10.7. Complexo Multiusuário - Fisiologia / Endocrinologia	a) Escritório (s), salas diversas, copa	32,00	Semanal (5 dias)	0,2	6,40	1	1000	0,0064	0,001
	b) Banheiro (s) / Vestiário (s)	17,00	Semanal (5 dias)	0,2	3,40	1	250	0,0136	0,004
	c) Corredor (es)	54,00	Semanal (5 dias)	0,2	10,80	1	1250	0,0086	0,000
	d) Laboratório (s)	126,00	Semanal (5 dias)	0,2	25,20	1	405	0,0622	0,002469
10.8. Complexo Multiusuário - Laboratório Pequenos Ruminantes	a) Escritório (s), salas diversas, copa	22,00	Semanal (5 dias)	0,2	4,40	1	1000	0,0044	0,001
	b) Banheiro (s) / Vestiário (s)	27,00	Semanal (5 dias)	0,2	5,40	1	250	0,0216	0,004
	c) Corredor (es)	15,00	Semanal (5 dias)	0,2	3,00	1	1250	0,0024	0,000
	d) Laboratório (s)	99,00	Semanal (5 dias)	0,2	19,80	1	405	0,0489	0,002469
10.9. Complexo Multiusuário - Laboratório Sanidade	a) Escritório (s), salas diversas, copa	46,00	Mensal (22 dias)	0,045454545	2,09	1	1000	0,0021	0,001
	b) Banheiro (s) / Vestiário (s)	5,00	Mensal (22 dias)	0,045454545	0,23	1	250	0,0009	0,004
	c) Corredor (es)	19,00	Mensal (22 dias)	0,045454545	0,86	1	1250	0,0007	0,000
	d) Laboratório (s)	117,00	Mensal (22 dias)	0,045454545	5,32	1	405	0,0131	0,002469
10.10. Casa Hóspedes (DMS)	a) Escritório (s), salas diversas, copa	117,00	Semanal (5 dias)	0,2	23,40	1	1000	0,0234	0,001
	b) Banheiro (s) / Vestiário (s)	11,90	Semanal (5 dias)	0,2	2,38	1	250	0,0095	0,004
10.11. Residência Zootécnica	a) Escritório (s), salas diversas, copa	260,40	Semanal (5 dias)	0,2	52,08	1	1000	0,0521	0,001
	b) Banheiro (s) / Vestiário (s)	20,25	Semanal (5 dias)	0,2	4,05	1	250	0,0162	0,004
10.12. ÁREA EXTERNA	a) Vias, calçadas e Estacionamentos descobertos	600,00	Semanal (5 dias)	0,2	120,00	1	2250	0,0533	0,000444
	Área Física Total Interna:	4.189,36				Produtiv.média A.I.	797,2580645	2,9517	
	Área Física Total Externa:	600,00				Produt. Média A.E.	2250		
			Área Corrigida Total Interna:		1.844,51				
			Área Corrigida Total Externa:		120,00				
						Quant. Serventes Área Interna:		2,8984	
						Quant. Serventes Área Externa:		0,0533	
						Produtividade Média por m² área Interna:			0,002000
						Produtividade Média por m² Área Externa:			0,000444

**RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E UNIFORME
CEJHB - CORONEL PACHECO - MG**

ESPECIFICAÇÕES EQUIPAMENTOS	QUANT
ASPIRADOR PÓ E ÁGUA WAP GTW INOX 20 COM SOPRADOR 1600W 160MBAR 20 LITROS	1
LAVADORA ALTA PRESSÃO MÍNIMO 2610 PSI - MÍNIMO 3000W	1

ESPECIFICAÇÕES MATERIAIS DE CONSUMO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL
ÁLCOOL PARA LIMPEZA	L	6	72
BALDE PRETO 20 LITROS	U	1	12
CERA LÍQUIDA PARA ARDÓSIA, COR VERDE, ANTIDERRAPANTE	FR 750ML/U	4	48
CERA LÍQUIDA VERMELHA	FR 750ML/U	4	48
COLORADO LÍQUIDO	GALÃO 5L	4	48
DESENGORDURANTE MULTIUSO	FR 500 ML	8	96
DESODORANTE AEROSOL PARA BANHEIRO	FR 360ML/U	4	48
DETERGENTE LÍQUIDO CONCENTRADO	GALÃO 5L	4	48
DETERGENTE NEUTRO	FR 500 ML	14	168
ESCOVA DE LAVAR ROUPA	U	4	48
ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO	U	4	48
ESPANADOR DE PÓ	U	4	48
ESPONJA DE AÇO (REF. BOMBRIL)	PCT 8U	5	60
ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE MULTIUSO	U	10	120
FLANELA DE ALGODÃO	U	10	120
LIMPA VIDRO	FR 500ML	4	48

LUSTRA MÓVEIS	FR 500ML	4	48
LUVA DE LÁTEX AMARELA, TAMANHO G	PAR	4	48
PÁ DE LIXO QUADRADA, CABO LONGO	U	2	24
PANO DE CHÃO ALVEJADO	U	10	120
PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA DUPLA, PACOTE COM 4 ROLOS	PCT	50	600
PAPEL TOALHA EXTRA BANCO, INTERFOLHAS, 2 DOBRAS	PCT 1000U	20	240
PEDRA SANITÁRIA, 40 GRAMAS, EM ADESIVO	U	10	120
RODO PASSA CERA PEQUENO, COM CABO	U	2	24
RODO PLÁSTICO, 40 CM, COM CABO	U	4	48
SABÃO EM BARRA	U	2	24
SABÃO EM PÓ 1 KG	U	6	72
SABONETE LÍQUIDO PEROLIZADO, ERVA DOCE	GALÃO 5L	2	24
SACO DE LIXO PRETO, 300 LITROS, COMUM, PACOTE 100U	PCT	1	12
SACO DE LIXO PRETO, 100 LITROS, COMUM, PACOTE 100U	PCT	2	24
SACO DE LIXO PRETO, 40 LITROS, COMUM, PACOTE 100U	PCT	2	24
SACO DE LIXO PRETO, 60 LITROS, COMUM, PACOTE 100U	PCT	2	24
VASCULHO EM CAPIM, PARA LIMPEZA DE TETO, C/CABO COMPRIDO	U	1	12
VASSOURA PIAÇAVA, COM CABO	U	4	48

ESPECIFICAÇÕES UTENSÍLIOS	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL
CAPA DE CHUVA	U	3
ESCADA 5 DEGRAUS	U	3
MANGUEIRA 50 METROS 1/2	ROLO	2
EXTENSÃO ELÉTRICA 20M	U	1

ESPECIFICAÇÕES UNIFORMES	QTDE ANUAL	UNIDADE
CALÇA COMPRIDA - EM TECIDO 100% ALGODÃO OU MALHA, COM 4 BOLSOS, ELÁSTICO E CORDÃO, OU ZÍPER, COM EMBLEMA DA EMPRESA	6	UNIDADE
AGASALHO PARA FRIO, MANGA COMPRIDA, COM LOGOTIPO PADRÃO DA EMPRESA	1	UNIDADE
CAMISA/BLUSA - EM TECIDO 100% ALGODÃO OU MALHA FRIA, MANGA CURTA	6	UNIDADE
MEIA EM ALGODÃO, TIPO SOQUETE.	8	PAR
CALÇADO (TIPO TÊNIS, BOTA, ETC.), SOLADO BAIXO, COM PALMILHA ANTIBACTERIANA	4	PAR
BOTA EMBORRACHADA, TIPO SETE LÉGUAS.	2	PAR

ANEXO II -

MODELO DE PROPOSTA (Anexo VII -C da IN 05/2017)

Em atendimento ao **Edital do Pregão Eletrônico nº 90006/2026 – Embrapa Gado de Leite**, apresento nossa proposta de preços para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Limpeza e Conservação a serem realizados nas instalações da **Sede da Embrapa Gado de Leite e no Campo Experimental José Henrique Bruschi (CEJHB)**, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais conforme abaixo especificados:

ITEM/GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	VALOR MENSAL UNITÁRIO (R\$)	QUANTIDADE ESTIMADA DE PROFISSIONAIS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL ANUAL (R\$)
1	Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação a serem realizados nas instalações da Embrapa Gado de Leite SEDE - Juiz de Fora - MG e CEJHB (Campo Experimental José Henrique Bruschi, em Coronel Pacheco-MG), com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais.				

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

PRODUTIVIDADE MÉDIA ADOTADA (m²) - Conforme Termo de Referência

Área Interna -

Área externa -

QUANTIDADE DE PESSOAL E VALOR

FUNÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
--------	------------	----------------------

Servente de limpeza (área interna)		
Servente de limpeza (área externa)		
TOTAL		

RELAÇÃO DOS MATERIAIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS		
Material	Quantidade	Especificação

Critério de Julgamento: Menor Valor Global

Preço total da proposta R\$ _____ (POR EXTENSO)

Prazo de validade da proposta: ____ dias (mínimo 60 dias).

Prazo para entrega ou início de execução do objeto: até _____ (_____) dias, após a assinatura do instrumento contratual.

A entrega dos produtos/serviços para a Embrapa ocorrerá de acordo com as especificações contidas no **Termo de Referência e no Contrato, constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2021 – Embrapa Gado de Leite.**

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, mão-de-obra, materiais, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, embalagens, montagem, lucro, despesas acessórias e outros encargos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

Estamos cientes e aceitamos as condições do **Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2025 – Embrapa Gado de Leite**, especialmente as fixadas para execução, pagamento e entrega, contidas na minuta do instrumento contratual.

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Local e data: _____

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

Inscrição Estadual: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Nome do Representante Legal: _____

Cargo: _____

Carteira de Identidade: _____

CPF: _____

Assinatura do Representante Legal

ANEXO III -

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(Anexo VII - D da IN nº 5/2017)

(EM ANEXO)

ANEXO IV -

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(Anexo VII - E da IN nº 5/2017)

(Conforme item 8.30.7 do Edital)

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Endereço completo do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do contrato
Valor total dos contratos R\$ _____			
Local e data _____			
Assinatura e carimbo do emissor			

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1.

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

(Valor da receita bruta – Valor total dos contratos) x 100 =

Valor da receita bruta

Obs.: Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas..

JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL SUPERIOR A 10%:

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.

**ANEXO V -
MODELO DE MINUTA DE CONTRATO
(EM ANEXO)**

**ANEXO V-A -
MATRIZ DE RISCO**

(A Matriz de Risco deverá compor o Contrato como Anexo, devendo ser assinada pelas partes contratantes no momento de sua formalização. **Caberá a Unidade excluir ou incluir os riscos que entender pertinente à contratação**, constituindo-se a tabela abaixo em modelo.

É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada.)

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco atinentes ao Tempo de Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa da Contratada	Aumento do custo do produto e/ou serviço	Diligência a cargo da Contratada em promover a execução contratual	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade ou da execução	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento empresarial	Contratada
	Fatos supervenientes retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela Embrapa, que comprovadamente repercute no preço do Contrato	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Revisão do preço mediante termo aditivo	Embrapa
Risco da atividade empresarial	Alteração de enquadramento tributário em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro da Contratada	Planejamento tributário	Contratada
	Elevação dos custos operacionais para execução dos serviços, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço, mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Reajuste e/ou Repactuação anual de preço por apostilamento ou termo aditivo caso coincidam com a prorrogação	Embrapa

	Variação dos custos de insumos quando superior ao índice de reajuste previsto no Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento empresarial	Contratada
Riscos Trabalhistas e Previdenciários	Responsabilização da Embrapa por verbas trabalhistas e previdenciárias dos empregados da Contratada alocados na execução do objeto contratual	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para Embrapa, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento pela Contratada ou retenção de pagamento e compensação com valores a ela devidos, da quantia despendida pela Embrapa	Contratada
Riscos Tributários e Fiscal	Responsabilização da Embrapa por recolhimento indevido em valor menor ou maior ou ainda por ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da Embrapa	Débito ou crédito tributário u fiscal	Ressarcimento pela Contratada ou retenção de pagamento e compensação com valores a ela devidos da quantia despendida pela Embrapa.	Contratada

_____ de _____ de _____

p/ Embrapa

p/ Contratada

ANEXO VI -

RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS - PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO (Anexo XII da IN 05/2017)

ITEM			
13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00 % (cinco por cento)		
Subtotal	25,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º(décimo terceiro) salário*	7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula seis por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
Total	32,82% (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento)	33,03% (trinta e três vírgula zero três por cento)	33,25% (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento)

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

ANEXO VII -

MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E RESPECTIVOS ANEXOS (Anexo XII - A da IN nº 5/2017)

(EM ANEXO)

ANEXO VIII -

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/20____ que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, sediada na _____, representada pelo Sr.(a) _____, conforme facultado no item 18 deste Edital, vistoriou, nesta data, as dependências da Embrapa, localizadas em _____, onde tomou conhecimento de todas as áreas onde serão executados os serviços de **limpeza e conservação**.

Local e data

.....
Administração da Embrapa

Declaro que me foram apresentadas às áreas e instalações, com acesso a todos os locais e detalhes necessários para a elaboração da proposta comercial, tendo sido fornecidas as informações e esclarecimentos inerentes a esta vistoria, por mim solicitados.

.....
Representante da Licitante

ANEXO IX -

MODELO DE DECLARAÇÃO OU ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no(a) _____ administra (administrou) serviço especializado de limpeza para este órgão (ou para esta empresa).

QUANTIDADE DE SERVENTES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: _____.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: _____.

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Local e data

.....
Assinatura e carimbo do emissor

Observações:

1. Este atestado (ou declaração) deverá ser emitido em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor; e
2. O atestado deverá estar visado pelo respectivo órgão fiscalizador.

ANEXO X -

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO

TERMO DE CONCILIAÇÃO

ACORDO ENTRE O MPU - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A AGU - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra.

Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub-Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços à não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica à dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a

dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas no sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento da lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçadas, e combater pseudo-cooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas".

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de coqueiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juiz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem às partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União-1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados

da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juizes Federais

do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores

do Trabalho – ANPT

ANEXO XI -

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - CCT - JUIZ DE FORA-MG

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - CCT - CORONEL PACHECO-MG

(EM ANEXO)

ANEXO XII -

DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

(Conforme Item 8.19.11 do Edital)

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

Local e data

.....
Assinatura do representante legal da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Carla Sanches Façanha**, **Chefe-Adjunto**, em 15/05/2026, às 16:44, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **13544142** e o código CRC **0987D111**.